

convergência

DEZEMBRO ■ 1997 ■ ANO XXXII N° 308



convergência

- CONVITE PARA UM NOVO ENCONTRO COM O CRISTO
- O SÍNODO DA AMÉRICA: OPORTUNIDADE HISTÓRICA PARA AS IGREJAS DO CONTINENTE
- AS PARÁBOLAS: A HUMANIZAÇÃO NAS IMAGENS DO REINO
- 500 ANOS - TERCEIRO MILÊNIO - SÉCULO XXI
- "A ALEGRIA DO SEGUIMENTO DE JESUS NAS CIDADES. REFLEXÃO SOBRE VIDA RELIGIOSA, CULTURA URBANA MODERNA E EVANGELIZAÇÃO"
- A PASTORAL BRASILEIRA DA SAÚDE

SUMÁRIO

EDITORIAL	581
Ir. Carmelita de Freitas, FJ	
PALAVRA DO PAPA	584
INFORME CRB	586
CONVITE PARA UM NOVO ENCONTRO COM O CRISTO	590
Dom Marcelo Barros, OSB *	
O SÍNODO DA AMÉRICA: OPORTUNIDADE HISTÓRICA PARA AS IGREJAS DO CONTINENTE *	601
Pe. Mário de França Miranda, SJ	
AS PARÁBOLAS: A HUMANIZAÇÃO NAS IMAGENS DO REINO	610
Pe. Paulo Roberto Gomes, MSC	
500 ANOS - TERCEIRO MILÊNIO - SÉCULO XXI	617
Pe. Paulo Suess, São Paulo - SP	
"A ALEGRIA DO SEGUIMENTO DE JESUS NAS CIDADES. REFLEXÃO SOBRE VIDA RELIGIOSA, CULTURA URBANA MODERNA E EVANGELIZAÇÃO"	624
Rosinha Borges Dias,	
A PASTORAL BRASILEIRA DA SAÚDE	635
Hubert Lepargneur	

NOSSA CAPA

A ilustração para os próximos anos chama a atenção para a participação e o envolvimento da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) no projeto de evangelização "Rumo ao novo milênio". Trata-se de uma fotografia tomada do mural artístico confeccionado em pedras de variadas cores numa parede interna, junto à capela da sede da CRB Nacional. Inspirado no logotipo escolhido pela Comissão Central da Santa Sé para o Jubileu, presidida pelo Cardeal Roger Etchegarray, a partir de um concurso vencido pela estudante de arte italiana Emanuela Rocchi, o artista plástico José Antonio Abreu, de Igarapé, MG, compôs o mosaico com grande expressão e beleza. Nele se destacam o globo terrestre, os cinco continentes representados pelas pombas, a cruz estilizada e as palavras: CRISTO, ONTEM, HOJE, SEMPRE, sinalizando o anúncio principal do projeto (Pe. João Roque Rohr, SJ).

ASSINATURA PARA 1997:

BRASIL: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 55,00

EXTERIOR: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 85,00

Número avulso (Brasil) R\$ 5,50

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.



convergência

Revista Mensal da
Conferência dos Religiosos
do Brasil: CRB

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Afonso Tadeu Murad, FMS

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitório, SJ

Frei Prudente Nery, OFM Cap.

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

Cinelândia • Tel.: (021) 240-7299

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP • Tel.: (011) 6914-1922

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73

A UTOPIA DO REINO

O término de um ano costuma ser ocasião propícia para retrospectivas. Nem sempre, porém, tais retrospectivas tratam de ser, ao mesmo tempo, um projetar-se com visão de futuro a novas situações e a novos horizontes.

Para cristãos e cristãs, porém, a análise retrospectiva não pode reduzir-se a um mero exercício de verificar ações e situações passadas, como numa espécie de balanço que visasse fechar as contas e virar a página de uma contabilidade de perdas e ganhos. O cristão, a cristã vivem permanentemente no horizonte da utopia. Aliás, como já foi dito sabiamente, "tudo indica que as utopias fazem parte da condição humana e nenhum pensamento humano pode situar-se fora do horizonte utópico".

Próprio da utopia é manter sempre acesa a chama do futuro, a crença no amanhã, a certeza de que o presente, qualquer que seja a sua feição, não esgota as possibilidades do ser humano, em constante busca de auto-superação e aberto a transformações muitas vezes insuperáveis. Precisamente por isso a utopia nos situa no horizonte da esperança e do sonho.

Para os seguidores de Jesus a utopia tem um nome: Reino de Deus, presente já na história e sempre projetado num horizonte de definitividade escatológica. Esse Reino – projeto de Deus para a humanidade, acontecimento de Graça e de Libertação para todos, que Jesus anunciou e

visibilizou na história – é a utopia maior que impele rumo ao futuro, rumo à novidade perene de Deus, e que, ao mesmo tempo, dinamiza o presente e lhe confere sentido e densidade histórica.

Nessa perspectiva da utopia maior do Reino, a celebração do Natal adquire seu verdadeiro sentido: fazer memória da solidariedade de Deus com a humanidade frágil e pecadora; anunciar que o Deus do Reino é amor e misericórdia, especialmente para os pobres e os pequenos; reafirmar que a Boa Notícia de Jesus só será Boa Notícia na medida em que se realizar a libertação dos oprimidos e se construir fraternidade e justiça.

Nessa mesma perspectiva da utopia maior do Reino, com suas exigências concretas de conversão e de solidariedade, é que se deve encaixar também o evento eclesial deste final de ano, o Sínodo dos Bispos para as Américas. Orientado à celebração do grande Jubileu do ano 2000 e celebrado, num momento de especial gravidade para o mundo, o Sínodo constitui, sem dúvida, um momento de singular relevância no exercício da colegialidade episcopal nas Igrejas do Continente, uma expressão do compromisso evangelizador de todo o povo de Deus e seus Pastores. Propiciando o debate dos grandes desafios para a evangelização hoje, a partir das características fundamentais que, segundo o Instrumento de Trabalho, definem a identidade religiosa da América: – a raiz cristã, a vitalidade de uma Igreja jovem e o

pluralismo cultural –, o Sínodo está chamado a alimentar a esperança dos nossos povos num futuro melhor e mais humano, mais conforme com a utopia maior do Reino. Está chamado a renovar a imagem da Igreja, “destinada a ser sal da terra e luz do mundo, para contribuir, com seu testemunho, para a construção de uma sociedade mais justa, e preparar, assim, a vinda do Reino dos Céus” (Instrumento de Trabalho).

Os textos de CONVERGÊNCIA deste mês querem contribuir para o aprofundamento dessas grandes coordenadas do momento histórico-eclesial que estamos vivendo e alimentar a esperança dos seguidores de Jesus, comprometidos com a utopia do Reino.

O artigo de D. Marcelo Barros de Souza – “Convite para um novo encontro com o Cristo. A Vida Religiosa na América Latina a partir do Jubileu” – conclama religiosos e religiosas da América Latina a prosseguir sua caminhada original e criativa de seguimento de Jesus, em continuidade com as grandes utopias de Medellín e assumindo o verdadeiro espírito do jubileu 2000. Para o autor, assumir o espírito do jubileu significa “desenvolver uma cristologia humilde e mais universal que devolva a Jesus sua vocação de irmão universal, ponte entre Deus e a humanidade, como também unidade dos seres humanos entre si, para além de tudo o que os divide”.

O acontecimento sinodal é focalizado com grande pertinência no texto do Pe. Mário de França Miranda – “O Sínodo da América: Oportunidade Histórica para as Igrejas do Continente”. Assessor do episcopado brasileiro no presente Sínodo, o autor pondera as chances históricas desse evento eclesial e adverte: “A novidade de um Sínodo, enquanto constituído por Igrejas que enfrentam realidades tão diversas, faz nascer a dúvida sobre a possibilidade

de uma palavra dirigida a todas essas comunidades de fé. Só sairemos dessa dúvida se resolvermos nos falar e nos ouvir, ou seja, dialogar. A linguagem será criada durante o próprio Sínodo, na medida em que as intervenções não repitam generalidades ou o já sabido, mas partam da realidade concreta de cada diocese”.

“As Parábolas: a Humanização nas Imagens do Reino” – é o interessante artigo do Pe. Paulo Roberto Gomes, teólogo jovem que vem trabalhando entre nós o pensamento de Juan Luís Segundo. O texto aprofunda uma das intuições básicas das Parábolas no Novo Testamento e de enorme atualidade no mundo de hoje: “o desejo profundo de Deus de humanizar os pobres e excluídos”, atingidos por qualquer forma de desumanização através dos tempos.

O artigo do Pe. Paulo Suess – “500 Anos – Novo Milênio” – é um convite à reflexão sobre a conjuntura histórica da Igreja no Brasil, nesta virada de milênio, e uma lúcida consideração dos desafios ingentes que a tarefa de uma evangelização inculturada coloca para as nossas Igrejas particulares e para todos aqueles e aquelas que se comprometem com Jesus de Nazaré e sua causa, o Reino de Deus.

O desafios que a cidade moderna representa para a ação evangelizadora da Igreja hoje é focalizado de maneira pertinente e sugestiva no artigo de Rosinha Borges Dias – “A Alegria do Seguimento de Jesus nas Cidades. Uma reflexão sobre Vida Religiosa, cultura urbana moderna e ação evangelizadora”. Assessora para a pastoral urbana na igreja de Belo Horizonte há vários anos, a autora oferece a Religiosas e Religiosos uma rica matéria de reflexão sobre o significado do seguimento de Jesus hoje nas cidades grandes. Para ela, o sonho de Deus para a sua Igreja, para as comunidades religiosas e para cada um e uma de nós foi revelado pela vida de Jesus e está

sendo gerado pelo Espírito na comunidade para o seu seguimento. O sonho é parecer-se cada vez mais com Jesus”.

Outro grande desafio para a Igreja no momento atual é a presença evangelizadora na área da saúde. O artigo do Pe. Hubert Lepargneur – “A Pastoral Brasileira da Saúde” – quer ajudar, com sabedoria e competência, Religiosos e Religiosas, a

encontrar resposta a esse desafio. A longa experiência do autor pervade todo o texto, tornando-o sugestivo e muito iluminador.

A palavra do Papa, dirigida ao povo brasileiro no momento da sua chegada ao Rio em outubro, é o texto do Magistério de João Papa II que **CONVERGÊNCIA** transcreve este mês para reflexão das comunidades religiosas.

PALAVRA DO PAPA

O DISCURSO DO PAPA

EXTRAÍDO DO JORNAL DO BRASIL DO DIA 05/10/97

Senhor presidente,

Tenho a grata satisfação de apresentar à Vossa Excelência, na sua qualidade de Chefe e representante supremo da nação brasileira, as minhas respeitadas saudações. Agradeço de coração pela delicadeza que teve em acolher-me. Para mim é uma honra e um prazer encontrar-me novamente no Brasil, entre este povo, cuja hospitalidade admirável e cuja alegria contagiante me são bem conhecidas.

Saúdo também a vós, veneráveis irmãos do episcopado. Em primeiro lugar, ao senhor cardeal arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro e seus bispos auxiliares, cuja arquidiocese me oferece acolhida no marco do 2º Encontro Mundial do Sucessor de Pedro com as Famílias; meus afetuosos cumprimentos vão, igualmente ao presidente do Pontifício Conselho para a Família e a todo o Conselho Episcopal Latino-americano, bem como à presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que, em gesto de fraterna solidariedade, aqui vieram para colaborar e recolher os frutos destes dias de confraternização e, com a ajuda de Deus, levá-los de volta aos países em que se realizam seu ministério. Dirijo, também, minha afetuosas saudação aos membros representantes da Pastoral Familiar, que vieram acolher-me com este simpático grupo de crianças e de jovens. Na verdade, deixai-me dizê-lo..., aqui estou para vós, vim para estar convosco, e convosco desejo estar.

Aos representantes do povo brasileiro, membros do governo, personalidades civis e militares, e a todos os que aqui se encontram reunidos, saúdo com imenso afeto. Muito obrigado por terem querido me receber tão amavelmente à minha chegada, nesta peregrinação apostólica, que considero como parte do meu ministério universal. O dinamismo da nossa fé desperte sempre mais o sentido de fraternidade e de colaboração harmoniosa, para uma convivência pacífica a impulsionar e consolidar os esforços por um progresso ordenado, que alcance todas as famílias e categorias sociais, em conformidade com os princípios da justiça e caridade cristãs.

Hoje venho novamente ao Brasil, para celebrar o 2º Encontro Mundial das Famílias. Agradeço a Providência por estar aqui neste país de dimensões continentais, colocado pelas riquezas do seu solo e subsolo e pelo gênio empreendedor do seu povo na vanguarda entre as maiores potências do mundo. A própria tradição cultural e a fé de sua gente têm marcado a evolução da sua história, que promete um futuro alvissareiro às vésperas do Terceiro Milênio. Certamente, os desequilíbrios sociais, a distribuição desigual e injusta dos meios econômicos, geradora de conflitos na cidade e no campo; a necessidade de uma ampla difusão dos meios de básicos de saúde e de cultura; os problemas da infância desprotegida das grandes cidades, para não citar outros, constituem para os seus governantes um desafio de enormes proporções. Faço votos que os valores do

patrimônio cultural e religioso da nação brasileira sirvam de base para estimular decisões justas em defesa dos valores familiares e da pátria.

Neste contexto, desejo estender também a expressão da minha estima e afeto a duas componentes do país. Em primeiro lugar, aos povos indígenas descendentes dos primeiros habitantes desta terra antes que aqui chegassem os descobridores e colonizadores. Eles contribuíram, com sua cultura, a injetar na cultura brasileira um profundo senso de família, de respeito aos antepassados, de intimidade e de afeto doméstico. Eles merecem toda a atenção para que vivam com dignidade esta cultura. Exprimo os mesmos sentimentos à porção afro-brasileira – numerosa e altamente significativa – população desta terra. Pela sua presença notável na história e na formação cultural deste país, estes brasileiros de origem africana merecem, têm direito e po-

dem, com razão, pedir e esperar o máximo respeito aos traços fundamentais da sua cultura a fim de que, com esses traços, continuem a enriquecer a cultura da nação, na qual estão perfeitamente integrados como cidadãos a pleno título.

Irmãos e irmãs do Brasil, da América e do mundo inteiro! Invoco sobre todos a abundância da graça divina: que Deus os abençoe e derrame sobre as nações de todos os continentes, paz e prosperidade! O Cristo Redentor, que do alto do Corcovado abre os seus braços em forma de cruz, ilumine as famílias, as comunidades eclesiais, e toda a sociedade temporal com a Luz do Alto, e conceda a todos, pela intercessão de Nossa Senhora de Guadalupe, padroeira da América Latina, tudo quanto de bom seu coração deseja. Muito obrigado.

Joannes Paulus II

1. RECORDANDO PAULO VI NO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO

João Batista Montini nasceu em Concesio (Brescia), no norte da Itália, em 26 de setembro de 1897. O pai era um dos líderes do "movimento católico" daquela diocese da Lombardia e foi deputado pelo Partido Popular de 1919 a 1926.

Por razões de saúde, o jovem João Batista estudou em casa parte do curso colegial e mesmo do curso de teologia. Foi ordenado sacerdote diocesano em 20 de maio de 1920. Em novembro do mesmo ano, transferiu-se para Roma, onde se inscreveu na Faculdade de Filosofia da Universidade Gregoriana e na Faculdade de Letras da Universidade do Estado. Manifestava-se assim o desejo – melhor: a vocação – a trabalhar pelo encontro do Evangelho com a cultura moderna. Seu apostolado intelectual continuou especialmente através da função de assistente nacional da Federação dos Estudantes Universitários Católicos (FUCI).

Mas a vontade dos superiores era outra. E também sua vontade mais profunda. Em 1931, quando se afastou do Pe. De Luca (talvez o mais culto dos padres de Roma e fundador das famosas "Edições de História e Literatura"), escreveu-lhe: "Você escolhe os livros; eu, as almas". A Secretaria de Estado, então dirigida pelo card. Gasparri, o descobriu e o encaminhou para os estudos jurídicos e diplomáticos. Na Secretaria de Estado trabalhou efetivamente de 1925 a 1954, quando o Papa Pio XII o escolheu como Arcebispo de Milão.

Após a morte do Papa João XXIII, foi eleito bispo de Roma e sucessor de Pedro,

em 21 de junho de 1963. Estava terminada a primeira sessão do Concílio Vaticano II e o novo Papa conduziu o Concílio a bom termo, através de três outras sessões (1963-65), e dirigiu ainda por cerca de quinze anos a Igreja, no difícil caminho do pós-Concílio, até falecer em 6 de agosto de 1978.

A escolha do nome: Paulo

As primeiras decisões têm, geralmente, um sentido especial e manifestam o rumo que a pessoa quer tomar. Tanto mais no Papa Montini, que há anos, antes da eleição, amadurecia a reflexão sobre os projetos de reforma da Igreja. Escolhendo o nome do apóstolo Paulo, ele mesmo manifestou a consciência de assumir "uma tarefa sagrada, solene e gravíssima, a de continuar no tempo e dilatar sobre a terra a missão de Cristo", imitando aquele apóstolo "que amou Jesus Cristo acima de tudo, que desejou e se esforçou ao máximo para levar o evangelho de Cristo a todos os povos, que pelo nome de Cristo ofereceu a sua vida" (discurso de 30.06.1963).

Esta escolha do nome refletia uma consciência mais profunda: a da relação da Igreja e, de forma toda especial, do Papa, com Cristo. Paulo VI manifestou muitas vezes o sentimento, por um lado, de sua fragilidade e de sua "pochezza" (pequenez, limitação) diante do Senhor e, por outro lado, o sentimento de uma posição e responsabilidade única, diante de Deus. Escreveu numa anotação pessoal em 5 de agosto de 1963: "Tenho de me dar conta

da posição e função que agora são minhas, me caracterizam, me tornam inexoravelmente responsável diante de Deus, da Igreja, da humanidade. A posição é única. Vale dizer que me constitui numa extrema solidão. Era grande já antes; agora, é total e tremenda. Dá vertigens. (...) Também Jesus ficou sozinho na cruz. (...) Eu e Deus. O colóquio com Deus se torna pleno e incomensurável". Por isso, Paulo VI chegou a propor uma emenda ao cap. 3 da *Lumen Gentium*, em que se dizia do Papa: "uni Deo devinctus" (ligado só a Deus). A afirmação não entrou no texto conciliar, mas expressa bem o sentimento subjetivo de Paulo VI.

As viagens a Jerusalém, a Bombaim e à ONU

Outro gesto devia indicar claramente que a Igreja só tem como referência Cristo. Foi a viagem a Jerusalém, seis meses após a eleição, onde também o Patriarca de Constantinopla, Atenágoras, foi encontrar o Papa. Só do encontro com Cristo poderia nascer a unidade da Igreja e a sua renovação, a sua reforma, que o Concílio buscava naquele momento. Paulo VI não excluía da reforma o próprio Papado, que ele queria exercer apenas como "mandato de Cristo", sem "propósito humano de dominação ou ciúme de poder exclusivo" (discurso aos Bispos, na abertura da II sessão do Concílio, 29.9.1963).

Outro propósito inicial de Paulo VI, depois expresso na primeira, encíclica, *Ecclesiam ruam*, era o **diálogo** com as comunidades católicas, as outras Igrejas cristãs e com o mundo.

Retomando a vocação apostólica do apóstolo Paulo, o Papa visita Bombaim em dezembro de 1964, por ocasião do Congresso Eucarístico. Era um encontro com a Igreja local e num contexto muito diferente do ocidental e latino. Mas era sobretudo o encontro com o mundo dos pobres. Era

um sinal da "Igreja dos pobres", que vários Padres Conciliares queriam e como, embora um pouco rapidamente, lembrava um trecho da *Lumen gentium* (cf. nº 8). Paulo VI visitará mais tarde outras Igrejas locais: Bogotá (1968, encontrando a assembléia dos bispos latino-americanos que se reuniria logo após em Medellín); Uganda e a Igreja da África (1969); o Extremo Oriente (1970).

Com as Igrejas cristãs, Paulo buscará o encontro em Istambul, visitando Atenágoras (1967) e a sede do Conselho Mundial de Igrejas em Genebra (junho de 1969). E recebendo o representante do Patriarca ecumênico, em 1975, celebrando os dez anos da retirada recíproca das excomunhões entre Roma e Constantinopla, Paulo VI se jogou aos pés do metropolita Melitão e os beijou, invertendo o costume romano que, desde o séc. XI, exigia que os outros se prostrassem para beijar o pé do Papa.

Ao encontro simbólico com o mundo todo, Paulo VI foi em outubro de 1965, discursando à assembléia da ONU, em New York. Paulo VI evocava, nesta ocasião, o discurso do apóstolo Paulo em Atenas e pedia pela paz e o desenvolvimento integral, temas que voltarão na *Populorum progressio* (1967) e nunca mais serão esquecidos.

A contestação e a busca da unidade

Os primeiros anos do pontificado de Paulo VI foram anos de otimismo confiante e de satisfação pelas realizações do Concílio. Mas durante o próprio Concílio apareceram sinais de divergências profundas na Igreja. As intervenções de Paulo VI, entre as quais a famosa "Nota" acrescentada à constituição *Lumen g*

entium, queriam manter integralmente a autoridade e soberania do Papa, assim como definida pela Vaticano I, mas também visavam a obter um texto conciliar que conciliasse melhor os pontos de vista

da maioria e da minoria, de modo que os documentos fossem aprovados por unanimidade ou por um consenso muito amplo.

As divergências apareceram mais claras após o Concílio e levaram à crítica aberta, por parte de bispos e teólogos, a pensamentos e atitudes do Papa. Dolorosamente, Paulo VI atravessou os anos da crise (muito aguda entre 1968 e 1973), sempre trabalhando pela unidade, para convencer tanto conservadores quanto progressistas a se manterem fiéis ao Concílio, sem “fugas para frente”, nem atrasos ou oposições imperdoáveis.

A superação das divergências em favor da evangelização

No final do pontificado, Paulo VI encontrou novo vigor para lançar, quase conjuntamente, o Ano Santo de 1975, como ano de reconciliação na própria Igreja, e a “*Evangelii Nuntiandi*”, como manifesto da verdadeira e principal preocupação da Igreja: a de levar o Evangelho ao mundo.

Contribuíram para isto as Igrejas do Leste comunista e do Terceiro Mundo, pouco sensíveis à “contestação” das Igrejas européias ou norte-americanas. A missão chamava a Igreja toda a superar as divisões internas e a se orientar decididamente para a evangelização, orientação que abrirá o caminho ao sucessor não-italiano de Paulo VI, o Papa João Paulo II.

Enquanto isso, Paulo VI encontrava uma nova paz interior e uma nova com-

preensão por parte da opinião pública, que o hostilizara nos anos de crise. Numa anotação pessoal, revelada após a morte pelo secretário particular, P. Macchi, o Papa escreveu em 1975: “Meu estado de ânimo? Hamlet? Dom Quixote? Esquerda? Direita?... Não me sinto intuído. Dois são meus sentimentos dominantes: Superabundo gaudio’. Estou cheio de consolação, transbordante de alegria em toda nossa tribulação” (2 Cor 7,4).

O último gesto

Enfim, no dia 6 de agosto de 1978, dia da Transfiguração do Senhor, chegou a irmã morte. Por vontade do Papa, os funerais foram simples, quase a mostrar a imagem de Igreja que sonhara. Deixemos a palavra ao padre Yves Congar, grande teólogo do Vaticano II e do ecumenismo: “No chão, um caixão. Sobre ele, uma tiara? Não, (Paulo VI) a depusera e a doara aos pobres. Uma mitra? Não, nem mesmo uma estola, mas apenas o livro dos evangelhos, aberto e cujas páginas eram viradas por uma leve brisa. Paulo! O nome que escolhera... O Evangelho, Jesus Cristo, o amor absoluto da sua vida na fé!”

A simplicidade dos funerais assim como o beijo no chão, na terra, durante suas viagens, eram sinal da humildade de um Papa, que não queria mostrar o poder mundano do Vigário de Cristo, mas apenas ou acima de tudo a sua missão espiritual.

Pe. Alberto Antoniazzi

2. 50 ANOS DE AMOR PELA VIDA

As “*Irmãs de Caridade das Santas B. Capitânio e V. Gerosa*” conhecidas popularmente com a denominação de “*Irmãs de Maria Menina*” comemoram o seu **Ano Jubilar** de presença no Brasil: julho de 1996 a julho de 1997.

No dia 21 de julho deste ano, na cidade de Rio Claro, interior de São Paulo, onde chegou o primeiro grupo de missionárias provindas da Itália e da Argentina, foi realizada a solenidade de abertura dos festejos dos 50 anos de presença missionária em terras brasileiras.

O Instituto das Irmãs de Caridade ("Irmãs de Maria Menina") foi fundado em Lovere, cidade da Província de Bérgamo na Itália, em 1832, com o objetivo de praticar, sobretudo com os mais pobres, a caridade de Jesus Redentor. A jovem fundadora, Bartolomea Capitânio e sua companheira, Vicença Gerosa pensaram e decidiram formar um grupo de mulheres que se dedicassem ao exercício da caridade, a exemplo de Jesus Redentor e por isso, essas pessoas deveriam estar dispostas a *"fazer todo o possível, tudo sofrer e dar até o sangue pelo bem do próximo"*, sem medir distâncias ou condições, mas procurando *"ir lá onde a necessidade é grande e extrema"*. Foi portanto com este espírito, que as irmãs, saindo da Europa, abriram caminho em direção ao Brasil e América Latina, em direção à Ásia e África, por onde estão marcando presença missionária em 17 países. O número atual das irmãs é de mais ou menos 6000, sendo que a maioria está na Itália e na Ásia.

O objetivo da celebração deste ano jubilar é: *"agradecer e celebrar os 50 anos de missão das Irmãs de Maria Menina na Igreja do Brasil (...) e suscitar novas expressões de caridade e novo ardor para a evangelização, rumo ao Novo Milênio"*.

Entre os objetivos específicos, destacamos:

1. Caminhar junto com a Igreja que se prepara para a celebração do grande jubileu do Ano 2000.

2. Cuidar para que o resgate da consciência eclesial perpassasse a ação evangelizadora que realizamos em comunhão com todo o povo de Deus.
3. Incrementar o compromisso cristão missionário.
4. Celebrar o Ano Jubilar (da província) com o povo, de preferência nas paróquias, promovendo iniciativas dentro do objetivo que a província se propõe.
5. Promover espaço para maior relação de reciprocidade, que vise a partilha dos dons que cada pessoa é portadora, estimulando iniciativas dentro do tema do ano jubilar, que traduzam a vida de nossas Santas (fundadoras)...
6. Ajudar as comunidades a rezarem e refletirem sobre o carisma, (... e assim) torná-lo mais conhecido através de gestos concretos dentro dos próprios contextos apostólicos, ampliando as suas expressões de caridade para com os mais pobres.

Durante todo o ano foram realizadas diversas atividades comemorativas nas várias comunidades da província e, em julho/97 celebrado o encerramento do ano jubilar.

Convidamos as pessoas amigas a unirem-se conosco neste agradecimento e a suplicar de Deus, forças e luz para que sejamos fiéis ao Evangelho e impulsionadas pelo vigor missionário das origens do Instituto que motivou as primeiras irmãs.

Ir. Etel Maria Costa

CONVITE PARA UM NOVO ENCONTRO COM O CRISTO

(A VIDA RELIGIOSA NA AMÉRICA LATINA A PARTIR DO JUBILEU)

Dom Marcelo Barros, OSB*

Abrir o coração à solidariedade como expressão da busca do rosto de Deus é uma característica da espiritualidade bíblica e do seguimento de Jesus

Pelo mundo inteiro está repercutindo o convite que o papa João Paulo II fez à Igreja Católica, às outras Igrejas e até às religiões abraâmicas para celebrar no ano 2000 um jubileu de ação de graças pelos dois mil anos do nascimento de Jesus e de conversão para iniciar o novo milênio com um novo espírito. A proposta do papa tem mobilizado especialmente as Igrejas da América Latina e de um modo particular as comunidades eclesiais brasileiras que, no ano 2.000, além de lembrar os dois mil anos do cristianismo, recordam também os 500 anos da chegada dos portugueses em nossa terra e o início da evangelização no

Brasil. É nesse contexto que é importante nos perguntar o que esse jubileu pode significar para a vida religiosa na América Latina.

1. Trinta anos após Medellín e o chamado latino-americano de Deus

Na América Latina, com as caravelas dos espanhóis e portugueses que invadiram e conquistaram os povos ameríndios, vinham religiosos. Desde os primeiros tempos da conquista, franciscanos, dominicanos e jesuítas, entre outros religiosos tiveram um papel importante, ou para legitimar a conquista, ou, ao contrário, para defender os índios e dar um verdadeiro testemunho do Evangelho. Desde o século XVI, a vida religiosa masculina e feminina está presente e atuante em nosso continente.

Até a década de sessenta, como toda a Igreja, as ordens e congregações religiosas, mesmo as que foram fundadas no continente, eram, às vezes, mais européias

* O AUTOR: MARCELO BARROS é monge beneditino, prior do Mosteiro da Anunciação em Goiás, comunidade consagrada ao ecumenismo e a viver a vocação monástica em meio aos pobres e a partir da espiritualidade da Igreja latino-americana. Marcelo é membro da ASETT (Associação dos Teólogos do Terceiro Mundo), assessor da Pastoral da Terra e do CEBI (Centro de Estudos Bíblicos) e tem vinte livros publicados sobre Bíblia, Teologia da Terra, Ecumenismo e Espiritualidade. Os últimos publicados são: "O Sonho da Paz" (Ed. Vozes, 1996), Um Tempo para Amar - em co-autoria com Penha Carpanedo (Ed. Paulus, 1997), A Secreta Magia do Caminho - Romance (Ed. Record-Nova Era, 1997) e A Dança do Novo Milênio - sobre uma espiritualidade ecumênica para celebrar o jubileu do ano 2000 (Ed. Paulus, Sinodal, CEBI, 1997).

do que as próprias matrizes de Roma ou de Paris. Graças a Deus, desde Medellín (1968), essa não é a realidade da maioria das comunidades e congregações religiosas na América Latina. A 2ª Conferência dos Bispos Católicos da América Latina foi, de fato, um verdadeiro Concílio para as Igrejas do continente. Medellín foi como um chamado de Deus para que a Igreja deste continente assumisse realmente, sem vergonha e sem complexos, a sua cara e cor latino-americanas. Esse batismo da Igreja na realidade dos nossos países encontrou as congregações religiosas vivendo o processo de renovação que começou com o Concílio Vaticano II e deu à maioria delas um novo rumo. A partir de então, algumas congregações fizeram um caminho pascal de verdadeira transformação de suas estruturas e inserção amorosa no mundo dos pobres.

Já se escreveu bastante sobre essa história. Quero, apenas, lembrar alguns traços dessa vida religiosa que, após trinta anos de inserção, tem, sem dúvida, alguns traços novos. Quando começamos o caminho da renovação, fomos guiados por dois critérios dados pelo Concílio: a vida religiosa devia voltar às fontes e se atualizar.

Conversando fraternalmente e no clima penitencial que a preparação do jubileu nos pede, partilho uma impressão. Vocês podem concordar, ou corrigir. Tenho a impressão de que as ordens masculinas fizeram um caminho de atualização ou modernização. Algumas ordens e congregações masculinas modernizaram estruturas materiais (tornaram mais flexível a clausura, os frades passaram a usar roupa civil, as orações e exercícios da vida comum passaram a ser mais livres). Muitos religiosos se inseriram na missão junto aos pobres, correndo riscos e se doando inteiramente na comunhão com os sem-terra, com os índios, ou com os migrantes, as comunidades de periferia ou sofredores de

rua. Após esses trinta anos, é bom rever até que ponto a encarnação desses irmãos no mundo dos excluídos acarretou mudanças ou transformações profundas nas estruturas das suas congregações, ou, ao contrário, manteve certo paralelismo de caminhos. Há alguns anos, me hospedei em um convento. Saía acompanhando irmãos na missão e presenciava um novo tipo de vida religiosa. Quando, com os frades, voltava ao convento, era como se tomássemos a máquina do tempo, imaginada pelo professor Pardal nos quadrinhos da Disney, e regressássemos ao estilo de vida religiosa tridentina.

O mais comum é que as ordens e congregações masculinas realizem missões e inserções de caráter sacerdotal. São padres corajosos, a maioria jovem e ligada à Teologia da Libertação. Assumem paróquias de periferia ou áreas de ocupação e fazem um bom trabalho como vigários, coordenadores de pastoral, chefes do serviço de atendimento aos migrantes, ou de pastoral com povo da rua, ou de apoio aos sem-terra. Vivem a sua vocação sacerdotal, a partir do carisma da congregação. Agradeço a Deus a doação desses irmãos. Mas, me pergunto se esse testemunho não poderia ser dado de uma forma que ajudasse a Igreja a continuar o caminho de Medellín, mudando evangelicamente a sua estrutura clerical e revendo a atualidade da paróquia num mundo tão diferente daquele para o qual essa organização foi pensada. Talvez a inserção desses irmãos religiosos os leva a ser mais evangélicos e missionários, o que é o mais importante, mas pode não ter ajudado tanto a dar um rosto novo à sua congregação, enquanto estrutura necessária para apoiar os irmãos em sua opção de vida consagrada. Mais cedo ou mais tarde, isso compromete o próprio caminho de inserção e doação.

As congregações religiosas femininas têm a vantagem de não ser clericais. Creio

ser uma questão de justiça reconhecer que, em geral, a vida religiosa feminina fez um esforço muito maior de renovação de suas estruturas e de viver a consagração religiosa no meio dos pobres, como comunidades e não apenas como agentes de pastoral isoladas, em situação de mais igualdade com o povo, sem um convento grande como retaguarda nos finais de semana ou após as horas de trabalho diário com a comunidade. Isso trouxe graças inenarráveis de conversão e vida. Em muitos casos, também acarretou crises, provocadas pelos desafios de uma realidade, para a qual os grupos não tinham sido preparados.

De trinta anos para cá, com exceção das ordens monásticas que, como chamava a atenção Thomas Merton, mudaram muito pouco, com o Concílio (e menos ainda com Medellín), a vida religiosa, ao menos na América Latina, em geral, mudou muito. A renovação visava a missão e a inserção. Provocou uma transformação na forma de viver a vida consagrada, principalmente nas comunidades inseridas, já que numa casa de periferia, ou num acampamento de sem-terra não é possível viver a vocação religiosa no mesmo estilo do convento. Mas, a renovação provocou mudanças substanciais também em casas grandes, comunidades e conventos tradicionais.

2. A vida religiosa latino-americana como caminho de solidariedade

A mudança mais importante foi que, junto com toda a Igreja, muitas congregações e comunidades religiosas escutaram, de modo mais forte do que nunca, um chamado de Deus para voltar à raiz de sua vocação, ou seja, voltar ao Evangelho. Ora, na raiz do Evangelho está o chamado de Jesus para o Reino de Deus. Então, essa

porção representativa da vida religiosa na América Latina tornou-se mais e mais apaixonada pelo Reino de Deus e pelo testemunho do Evangelho neste mundo.

O Concílio e mais ainda Medellín aproximaram as congregações umas das outras, relativizando os particularismos e acabando com o espírito de gueto que, às vezes, existia. Na América Latina, as conferências nacionais e a confederação latino-americana de religiosos têm exercido um importante papel profético com relação à Igreja e à própria estrutura de vida consagrada. Os programas de formação integrada e de noviciados intercongregacionais têm cumprido um papel importante nesse processo de abertura e renovação.

O Concílio já tinha insistido que o religioso e a religiosa não podem ficar alheios à humanidade e nem ser inúteis à cidade terrena (Cf. LG 46). A consagração não devia mais ser vivida como *"fuga mundi"* e sim como comunhão solidária à humanidade. Em nosso continente, desde os anos setenta, muitas comunidades religiosas têm vivido realmente o que o papa João Paulo II tem sublinhado em várias oportunidades: "A conversão evangélica consiste em passar do individualismo para a solidariedade como princípio de vida e modo de ser permanente. Isso pede conversão não só das pessoas, mas das estruturas. É uma conversão estrutural"¹.

No meio do sofrimento da guerra, Simone Weil escreveu: "A dor espalhada sobre toda a terra me oprime e é como uma obsessão para mim, a ponto de anular as minhas faculdades e não posso recuperá-las nem libertar-me dessa obsessão se não tenho eu mesmo uma grande participação no sofrimento e nos perigos. Esta é uma condição indispensável para que eu possa viver"².

1 Cf. JOÃO PAULO II, Encíclica sobre a solicitude com a causa social: SRS 38.

2 S. WEIL, *Écrits de Londres*, Gallimard, Paris, 1957, p. 13.

Essa solidariedade, vivida, assim, como necessidade vital, foi o que levou muitas religiosas e religiosos à inserção. Esse traço da vida religiosa inserida é uma realidade cristológica porque as comunidades tomaram esse caminho como forma de seguir a Jesus Cristo no seu modo de viver o testemunho do Reino e o seu amor ao Pai na dedicação aos irmãos e irmãs menores. Jon Sobrino escreve: "Parecer com Jesus é reproduzir a estrutura fundamental da vida dele. É assumir para si a missão e o jeito de Jesus, vivendo como ele a misericórdia com os outros como princípio permanente e estruturador da vida e aceitando carregar sobre si o pecado do mundo e receber do Pai, pela força do Espírito, a ressurreição"³.

Os evangelhos contam que Jesus viveu a relação com o Pai relacionando-se com as pessoas e manifestando a cada uma o amor de Deus por ela. Independentemente do que, por trás dos textos exista da experiência das comunidades evangélicas, todos testemunham que Jesus doava-se a cada pessoa que encontrava, com os discípulos, com a samaritana, com o jovem rico e com a mulher sirofenícia que, por sua fé insistente e humilde, o fez mudar de atitude com relação aos estrangeiros. Também agiu assim, com pessoas "de fora", ou consideradas adversárias. Tomou a iniciativa de ir à casa de Simão, o fariseu, aceitou ir à casa do oficial romano de Cafarnaum, acolheu Nicodemos e todas as pessoas que se encontraram em seu caminho ou no caminho das quais ele se colocou.

Abrir o coração à solidariedade como expressão da busca do rosto de Deus é uma característica da espiritualidade bíblica e do seguimento de Jesus. Ele fez isso a um ponto tal que se desgastou e entrou em crise (O que os cristólogos chamam de "crise galilaica). Esse mesmo desgaste tam-

bém se abate sobre religiosos e religiosas inseridos.

Nos últimos anos, o aumento da pobreza e do sofrimento do povo provocados pelo sistema neoliberal, colocou os grupos inseridos numa situação de impasse. A opressão é, cada dia, mais forte e, infelizmente, as autoridades maiores da Igreja Católica, no lugar de chorar com a crise, ou com o que teria sido a morte imaginada (não real) da teologia e da pastoral da libertação, cantam vitória e dão declarações triunfalistas na mesma linha que o governo americano e os empresários da Bolsa de Valores. Algumas congregações aproveitaram o recuo para fortalecer suas estruturas internas. Às vezes, um religioso ou religiosa sai de uma realidade onde a vida é diariamente ameaçada para participar de encontros e capítulos, onde o Reino de Deus interessa pouco e a vida do povo menos ainda e discutem-se de modo genérico e fácil de resvalar para a pura fantasia valores como o carisma da congregação, núcleos programáticos teóricos demais e assim por diante.

Nos últimos anos, um traço cristológico da vida religiosa inserida tem sido viver mais profundamente a solidão do Cristo no caminho para Jerusalém. Jesus sabia que ia para o enfrentamento com as autoridades e, portanto, a cruz. Tentava formar o grupo dos apóstolos (colunas da Igreja). Mas, estes, no lugar de acolher o que ele propunha, discutiam entre si a questão do poder e dos seus privilégios particulares.

Posso testemunhar que, nesses últimos anos, as comunidades inseridas têm procurado mais do que nunca fundamentar e alimentar esse caminho de solidariedade na leitura orante da Palavra de Deus, numa maior organização da oração e até em retiros pessoais e comunitários. Por todo o

Brasil e também em outros países, as comunidades têm seguido a proposta do plano "Tua Palavra é Vida". Muitas têm retomado uma estrutura mais litúrgica de oração, seja aproveitando o esquema do "Ofício Divino das Comunidades", seja de outras formas. A oração pessoal tem sido cuidada e novos caminhos têm sido buscados para centrar a vida na Palavra de Deus e na energia maternal do Espírito Santo.

Uma transformação também afetou as comunidades que, embora solidárias, continuaram em colégios, casas e conventos maiores. A renovação também mudou muito o estilo de vida no convento, principalmente das congregações que têm casas de inserção. Um dos problemas que percebo é que, em alguns casos, as irmãs que ficaram em colégios ou conventos, que nem são tradicionais e nem são inseridos, perderam a antiga estrutura que tinha seus problemas, mas garantia um quadro de oração, meditação e trabalho e continha uma pedagogia. Perderam isso e não adquiriram um espírito novo. Em não poucos casos, o convento tornou-se uma casa de descanso ou de trabalho meramente administrativo, com o mínimo de oração e o máximo de televisão. É uma situação de mediocridade que merece um esforço para ser corrigida.

3 A proposta do jubileu do ano 2.000 e as Igrejas latino-americanas

Em todo o continente, os episcopados e instrumentos de pastoral responderam ao apelo do papa propondo orientações pastorais novas, ou ao menos, em conjunto para viver o jubileu como um acontecimento que traga uma nova vitalidade às nossas Igrejas. No Brasil, preparando o jubileu,

os bispos católicos, na 34ª assembléia geral da CNBB engajaram-se em um projeto de evangelização: "*Rumo ao novo milênio*"⁴. Os próprios bispos explicam: "Este plano procura responder ao apelo de João Paulo II, que convoca a Igreja, em continuidade com o Concílio Vaticano II, a dar testemunho da fé em um mundo onde crescem a violência e a injustiça; a promover o diálogo e a unidade, principalmente entre os cristãos e a transformar a sociedade em sinal do Reino de justiça, amor, paz e vida que Jesus veio comunicar"⁵.

É um projeto de evangelização no qual esta é compreendida como "um apelo à renovação interior da Igreja, a viver e testemunhar, numa sociedade complexa e multicultural, a mensagem permanente, sempre nova e atual do Evangelho"⁶. Os bispos lembram que a evangelização deve conter cinco dimensões fundamentais: a inculturação, o serviço, o diálogo, o anúncio e o testemunho. O critério básico e alicerce de toda evangelização é a inculturação da fé. Ela leva a Igreja a viver o serviço ao povo. A partir dessa atitude de diálogo é que pode se dar o anúncio missionário (ou querigma) baseado no testemunho da comunhão eclesial. Toda a Igreja é insistentemente convidada a priorizar não mais o que se chama de "pastoral" (serviços de atendimento paroquial) e sim a "evangelização" (p. 22).

Na Carta "*Tertio Millennio Adveniente*", o papa escreve: "Um aspecto importante deste jubileu é o empenho pela justiça e pela paz num mundo como o nosso, marcado por tantos conflitos e desigualdades sociais e econômicas. Assim, no espírito do Levítico (25, 8-12), os cristãos deverão fazer-se voz de todos os po-

4 CNBB, *Rumo ao Novo Milênio*, Documento 56 da 34ª Assembléia Geral da CNBB, São Paulo, Ed. Salesiana Dom Bosco, 1996.

5 CNBB, *idem*, 8ª ed., 1996, p. 3.

6 CNBB, *idem*, p. 20.

bres do mundo..." (TMA 51). Na Bíblia, o jubileu é o ano do restabelecimento da justiça de Deus que resgata a terra, os escravos e as dívidas.

Como o ano do jubileu é a radicalização da lei do sábado, só podemos viver verdadeiramente o jubileu se aceitarmos ser embebidos da espiritualidade do sábado, como dia da liberdade e da renovação da aliança matrimonial com Deus. O jubileu não pode ser apenas um programa de atividades pastorais e sim um tempo de conversão e de intensificação da mística e da intimidade com Deus, evidentemente baseada na ânsia do Reino de justiça e paz para todos.

Quando os exegetas dizem que a lei do jubileu surgiu num momento no qual o povo de Deus voltava do cativeiro numa grande penúria e insegurança, o bom senso concorda que é normal que quem se sente escravizado, endividado ou necessitado de remissão se interesse mais por jubileu do que uma pessoa que se ache muito bem e julgue que não precisa de nenhuma medida de salvação.

Isso vale também para nós e nossas comunidades religiosas que precisamos tanto de conversão quanto qualquer pessoa do mundo. Aliás, na ocasião do sínodo sobre a vida consagrada, Enzo Bianchi, prior de Bose, mandou ao sínodo uma reflexão sobre a vida monástica cujo título era "Siamo laici senza importanza". O texto começa contando que, um dia, Santo Atanásio perguntou a São Pacômio:

"- A santa koinonia continua a produzir bons frutos?"

Pacômio respondeu:

- Toda a Igreja produz bons frutos. Nós, monges, (poderíamos dizer, hoje, religio-

sos e religiosas), somos apenas leigos sem importância".

Se estamos entrando nos trinta anos de Medellín, verdadeiro Pentecostes para as Igrejas da América Latina e para a vida religiosa no continente, é importante dar graças a Deus por tantos benefícios recebidos, mas também pedir perdão e juntos buscar uma Palavra de Deus para a nossa conversão. Nesse sentido, as comunidades religiosas precisam do jubileu tanto para receber da Igreja uma força nova do Espírito, como para dar a nossa contribuição específica a esta festa do Espírito.

4 Um tempo de graça para a vida religiosa latino-americana

"Apontem-me alguém que ame e ele sente o que estou dizendo. Dêem-me alguém que deseje, que caminhe neste deserto, alguém que tenha sede e suspire pela fonte da vida. Mostre-me esta pessoa e ela saberá o que quero dizer" (Sto. Agostinho)⁸.

A proclamação do jubileu pode significar para as comunidades religiosas da América Latina um *Kairós*, um tempo novo da graça de Deus que nos faça retomar o essencial da fé e o núcleo fundamental da nossa vocação. É importante escutar de novo o que diz o Anjo do Apocalipse à Igreja de Éfeso, muito observante e bem organizada, mas que tinha perdido "o fervor do seu primeiro amor": "Lembra-te de onde caíste e converte-te (...) Quem tem ouvidos, escute o que o Espírito diz às Igrejas" (Ap 2, 5).

O que o papa propõe para o jubileu é o projeto da "nova evangelização". A vida religiosa tem como vocação fundamental lembrar que, para evangelizar, a pessoa tem que,

7 E. BIANCHI, *Siamo laici senza importanza*, in *Il Regno- attualità* 16, 15/ 09/ 1994, p. 499.

8 AGOSTINHO, *Tratado sobre o Evangelho de João* 26, 4. Cit. por *Connaissance des Pères de l'Église* 32-dez. 1988, capa.

em primeiro lugar, ser evangelizada. Antes de falar, deve escutar. A Igreja tem de ser permanentemente evangelizada. Deve converter-se antes de pedir aos "outros" que se convertam. A experiência das comunidades religiosas na América Latina pode dar uma contribuição importante nesse processo. Mas, para isso teríamos de rever alguns aspectos do nosso modo de pensar e agir.

A. Testemunhas do Evangelho do Reino

As comunidades e equipes de religiosas (os) inseridas (os) têm como mística o testemunho do Reino e nisso empenham a Igreja. Entretanto, às vezes, se identificam tanto com a instituição eclesial que deixam de ajudá-la a se converter. Às vezes, as irmãs aceitam a estrutura machista e antievangélica da pastoral oficial. Concordam em ser tapa-buracos na pastoral até que os seminários integristas produzam mais padres jovens com mente de velhos e estes venham mandar na paróquia e dificultar o caminho delas e do povo.

No seu início, a vida religiosa quis ser profecia para o mundo, mas também para a Igreja. No cristianismo, o primeiro tipo de vida religiosa não foi masculina e sim feminina. Foram as chamadas "virgens consagradas" as quais já São Cipriano de Cartago no século III faz alusões e para as quais Sto Ambrósio de Milão (séc. IV) escreveu um tratado. Santo Agostinho escreveu o que se chamou depois sua regra, primeiramente para mulheres e depois ela foi adaptada a homens. A Igreja ganharia muito se as irmãs aprofundassem mais esse caráter propriamente feminino da sua vocação. Disse "feminino", embora pudesse dizer feminista, já que naquela época, a vida religiosa era o único lugar onde a mulher podia ser autônoma e não depender do pai ou de um marido.

À medida que as irmãs aceitam submeter-se à estrutura clerical e machista da

pastoral paroquial, não ajudam a Igreja a se renovar e deixam de colaborar com esta através de seu carisma próprio. É um assunto delicado e cada situação concreta merece ser contemplada particularmente, sem rigidez e nem fechamentos. Não se trataria de nenhuma contestação violenta, nem de um desengajamento pastoral, mas, ao contrário, de reassumir o lugar próprio da comunidade religiosa inserida, como contribuição carinhosa e urgente a uma Igreja, às vezes, rígida e pouco afetiva.

Quando vejo as irmãs, comprometidas, por exemplo, com a saúde popular e com a bioenergia, embora não compreenda todos os pressupostos dessa linha, me lembro de Santa Hildegarda de Bingen, monja beneditina e mística do século XI, abadesa, conselheira espiritual de padres e bispos e especialista em medicina popular e ervas. Este ministério de curar as pessoas pelo toque e pela fé não foi o modo como Jesus atuou na Galiléia e pelo qual deu testemunho do Reino para além de quaisquer instituições? Assim, é sinal desse caminho novo o engajamento de religiosos e religiosas em acampamentos ou assentamentos de sem-terra, em comunidades indígenas, em trabalhos pela ecologia, na pastoral da comunicação (não tanto em empresas multinacionais de venda de produtos da comunicação) e em muitos outros campos da realidade que nos desafiam.

B. Da fé em Jesus para a fé de Jesus

A mística do Reino nos chama a ter fé em Jesus, mas de forma tão profunda que nos deixemos impregnar pela fé de Jesus, ou seja, pelo modo dele viver a sua relação com o Pai e com o Reino. A um homem que lhe pedia que curasse seu filho, Jesus respondeu: "Tudo pode aquele que crê" (Mc. 9, 23) Ele podia curar, ele podia tudo, porque ele tinha fé.

Os evangelhos sinóticos dizem que "crer em Jesus" é "seguir Jesus". O Evan-

gelho de João nos convida a “permanecer em Jesus” (“Se permanecerdes em mim e minhas palavras permanecerem em vós...” Somos chamados a crer em Jesus, entrando com Jesus na sua relação íntima com o Pai e na sua entrega de vida pelo Reino. Assumir a fé de Jesus é continuar o seu modo de ser, a sua humanidade que o une a todo ser humano e a qualquer religião e cultura, sem restrições e sem condenar a ninguém. (“Deus não enviou seu Filho ao mundo para julgar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele” Jo 3,17.) O Cristo é universal, o cristianismo não consegue ser. Por que? Existe um modo de crer em Jesus e de desenvolver uma cristologia que disfarça um eclesiocentrismo fechado. Usar a fé em Jesus Cristo de modo dogmático faz de Jesus o que ele nunca imaginou que seus discípulos fariam com ele: torná-lo barreira e motivo de separação entre religiões e culturas.

Que sentido tem o papa convidar judeus e islamitas para celebrar o aniversário de 2.000 anos do nascimento de Jesus Cristo, se é apenas para reforçar a estrutura dogmática e etnocêntrica da Igreja Católica? Assumir o espírito mais profundo desse jubileu, significa meditar e desenvolver uma cristologia humilde e mais universal que devolva a Jesus sua vocação de irmão universal, ponte entre Deus e a humanidade, como também unidade dos seres humanos entre si, para além de tudo o que os divide.

Essa cristologia é, no fundo, uma contemplação de Jesus como profeta animado pelo Espírito Santo e é essa energia maternal do Espírito que preenche todo o universo e fecunda a criação que estabelece as bases e possibilidades da renovação da Igreja e da atualidade permanente da vocação religiosa como profecia do Espírito.

C. Retomar a dimensão iniciática da vocação religiosa

“Você está procurando o mais alto? Quer atingir o mais elevado? Desça a vista porque o alto descansa no mais profundo” (Lao Tsé)

A multiplicidade de movimentos místicos e a sensibilidade da “nova era” fazem os bispos desejar que retomemos de modo mais forte a dimensão mística da fé. Tanto em Santo Domingo como no Sínodo Africano em Roma, os bispos pediram que as comunidades religiosas testemunhem uma maior profundidade de relação amorosa com Deus, não apenas na mente, mas no coração e no mais profundo do ser.

A piedade do povo tem muito viva essa dimensão. Em um encontro bíblico, um lavrador de PE dizia: “Fui notando que se a gente vai deixando a Palavra de Deus entrar dentro da gente, ela vai nos divinizando. Vai tomando conta da gente de tal modo que chega a um ponto que não se consegue mais separar o que é palavra de Deus e é palavra da gente. Acho que a Bíblia fez isso em mim”⁹.

As religiões populares brasileiras são de caráter iniciático (quer dizer um processo no qual cada pessoa é iniciada através de ritos místicos). Vivem profundamente a consciência da experiência de Deus a um ponto tal que facilmente chegam a êxtases e transes. Será que nossa maneira de viver a vocação consagrada valoriza essa natureza mística da fé? Muitas pessoas buscam uma espiritualidade forte e consistente, mas livre e sem vinculação com a vida religiosa.

Alguns teólogos europeus dizem que a vida religiosa atravessa uma verdadeira “noite escura da fé”¹⁰. Referem-se a uma crise de identidade de religiosos que, tal-

9 Citado na revista: *Por trás das palavras*, n. 46 – 1988, p. 28.

10 LEDDY, J., *Reweaving religious life, Beyond the liberal model*, Twenty-third Publications, Mystic, 1990.

vez adaptados demais à época moderna, perdem os elementos próprios da vida consagrada. Atualmente, não é mais esta a tentação que a maioria das comunidades inseridas corre. Mas, a imagem da “noite escura” contém um aspecto mais profundo que serve à vida religiosa atual. Os primeiros poemas nos quais São João da Cruz falou de “noite escura” foram escritos no cárcere (1578). Foi na prisão de um convento que rejeitava qualquer possibilidade de reforma que São João da Cruz não só viveu a noite escura como chamou a sua ordem e a Igreja para entrarem de novo no deserto do coração e reviver o encontro com Deus na noite escura da fé. Era como um apelo de Deus para que a ordem carmelita assumisse uma institucionalização necessária, mas se libertasse do institucionalismo que dá à vida um peso contrário ao ideal de simplicidade evangélica e liberdade espiritual, necessárias a qualquer vida cristã. Na tradição mística, a expressão “noite escura” não indica uma crise de identidade ou de vitalidade espiritual. Implica em que a alma (ou mesmo uma comunidade) aceite despojar-se de tudo o que a distrai, mesmo as coisas mais santas e possa retornar à peregrinação interior do coração:

“Em meio às trevas afortunadas, ninguém a observar-me,
por toda a parte a escuridão; nenhum sinal a expressar-se,
nenhuma outra luz, nenhum guia,
exceto meu coração, a chama, a chama interior!”¹¹.

Nesse caminho, mesmo na noite, este jubileu nos pede um testemunho da alegria e simplicidade. Na carta, diversas vezes, o papa apela a isso (Cf. TMA 16, 55).

Enquanto o Evangelho insiste na infância espiritual e na alegria das bem-

aventuranças, a tradição ocidental fixou-se em métodos de espiritualidade que tornam as pessoas sérias demais, artificialmente adultas. O Mestre Eckhart ensinava que “cada um de nós tem uma dimensão mística. Esse ser místico é a criança que existe dentro de nós”. Santa Mectildes ensina: “Deus conduz a criança que existe dentro de nós de maneira maravilhosa. Deus leva a alma a um local secreto e brinca com ela. Deus afirma: “Eu sou teu companheiro de brinquedos. Tua infância é a companhia para meu Espírito. Conduzirei a criança que existe em ti nas formas mais maravilhosas, pois te escolhi”¹². Milton Nascimento canta: “Dentro de mim mora uma criança, um moleque. Quando em mim, o adulto fraqueja, a criança vem e me dá a mão”¹³.

Essa dimensão da “infância espiritual” é um dos elementos que compõem uma espiritualidade holística e de encontro e seguimento do Cristo Cósmico, assim chamado porque o Cristo Ressuscitado assume o universo como manifestação do seu amor e se revela na comunhão com a natureza e o cosmos. Essa sensibilidade religiosa inclui também o amor à Mãe Terra, o cuidado com a natureza e a relação ecumênica com todos os caminhos de busca da comunhão com o divino. Na inserção latino-americana, as comunidades religiosas são convidadas a viver isso não como grupos europeus que o fariam no diálogo com religiões de druidas e gnomo e sim na comunhão com as religiões afro-brasileiras e indígenas e em um caminho mais profundo de inculturação da fé e da própria vida religiosa.

D. A vocação essencialmente ecumênica da vida religiosa

“Entre os pecados que requerem maior empenho de penitência e conversão, de-

11 Cf. M. FOX, Idem, p. 62.

12 Cit. por MATTHEW FOX, idem. p. 276.

13 MILTON NASCIMENTO, Canção: Bola de gude, bola de meia (gravada em várias ocasiões).

vem certamente ser incluídos os que prejudicam a unidade querida por Deus para o seu povo" (João Paulo II, TMA 34).

A partir de uma atitude espiritual de conversão, o papa chama a Igreja Católica para tomar a iniciativa no esforço de superar as divisões e alcançar a unidade visível dos cristãos e a comunhão com as outras religiões. Esse ecumenismo não se restringe a contatos entre pessoas de igrejas ou religiões diferentes. É mais do que uma pastoral ecumênica; é um modo de viver a fé. É "ser ecumênico" em tudo o que se vive.

O papa propõe iniciativas visando a unidade das Igrejas cristãs, mas visa também um diálogo com outras religiões, especialmente as que descendem de Abraão (judaísmo e islamismo). Na Carta "Ut unum sint", pede que os cristãos sugiram mudanças no modo como está organizado o ministério papal¹⁴. Quer marcar o ano 2.000 com uma série de acontecimentos, dos quais o mais significativo será um encontro pan-ecumênico que reunirá as Igrejas cristãs e as religiões abraâmicas em Jerusalém¹⁵.

Embora o ano 2.000 não tenha o mesmo significado para toda a humanidade e várias religiões e culturas tenham calendários diferentes, a proposta de um encontro inter-religioso sobre a paz e a justiça foi aceita. Konrad Raiser, secretário geral do Conselho Mundial de Igrejas e líderes de outras religiões preparam o encontro.

No início da vida religiosa vários dos fundadores descreveram esta vocação como uma busca da unificação interior. Há muito tempo, se percebe que a busca da unidade consigo mesmo supõe a busca da unidade entre as pessoas. Um importante testemunho da vida religiosa nesse mundo

de conflitos e particularmente importante nessa perspectiva do jubileu é a sensibilidade ecumênica e o esforço para colaborar tanto com a unidade entre cristãos como na relação com as outras religiões. A urgência de seguir Jesus em sua doação da vida pela unidade (Cf. Jo 11,52ss) é um elemento que completa o traço cristológico da nova vida religiosa em nosso continente.

5 Concluindo com um convite

Para o ano 2.000, enquanto o papa coordenará o encontro pan-ecumênico em Jerusalém, as comunidades cristãs populares, unidas a outros organismos e entidades indígenas, negras e camponesas de todo o continente, preparam o 3º encontro continental da Assembléia do Povo de Deus (APD). Vocês sabem que o primeiro encontro foi em Quito (1992) e o segundo em Bogotá (1996). Desses encontros saiu um caminho de diálogo e busca da unidade que, a partir da fé e da diversidade de suas expressões, é um testemunho de caminho em comum na construção da paz e de uma humanidade reconciliada.

Até aqui, poucos bispos católicos têm assumido e apoiado essa caminhada. É difícil as Igrejas serem suficientemente humildes e aceitarem entrar fraternalmente em uma proposta que, mesmo sendo profundamente evangélica, não foi iniciativa de uma conferência episcopal ou do Vaticano.

Alguns religiosos do Brasil e de outros países estavam presentes. É importante nos situar junto com esses grupos e movimentos religiosos que buscam e se unem nesse "povo de Deus" mais amplo que os horizontes das nossas Igrejas. Os religiosos(as) podem contribuir muito para que, das bases, cresça esta ânsia para que, de fato, a

14 JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Ut unum sint*, Libreria Edit. Vaticana. 1995, n. 95- 96, p. 107.

15 Cf. JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Tertio Millenio Adveniente*, (Aproximando-se o terceiro milênio), Ed. Paulus, 1994.

Igreja aprenda da "assembléia do povo de Deus" a ser o que Jesus quer que ela seja "uma assembléia de irmãos e irmãs" e forme junto com os outros grupos e comunidades essa grande assembléia que é sinal do Reino.

Mais ainda: que, na América Latina, a vida religiosa possa ser o que o jubileu deve ser: "profecia do futuro". No caso das comunidades e congregações, a imagem de um novo modo de ser Igreja.

Em um momento difícil para o seu povo, um cacique iroquês dizia:

"Somos responsáveis por nosso povo. Devemos tomar decisões que levem em conta a vida e o bem-estar da sétima geração que viverá depois de nós. Cada vez que tomamos uma decisão, devemos nos perguntar: "Será que esta decisão que estamos tomando beneficiará até a sétima geração? Que seja esta a nossa regra de conduta"¹⁶.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Lembrando os últimos trinta anos da sua congregação e da vida religiosa na América Latina, o que você percebe que de lá para cá mudou? O que mudou no seu modo de ser religiosa(o)?
2. Fala-se que ultimamente, a Igreja Católica e as congregações têm vivido um grande recuo institucional e certo fechamento com relação ao tempo de abertura e experiências novas vividas

após o Concílio. Você percebe isso? Em caso afirmativo, em que aspectos ou setores? Como isso tem afetado a sua vida e a da sua comunidade?

3. O Jubileu do ano 2.000 pode ser um kairós para a vida religiosa e para a sua congregação. Que sugestões contidas nesse texto, você considera mais úteis e importantes para responder ao que Deus pede de nós, nesse tempo de graça?

O SÍNODO DA AMÉRICA: OPORTUNIDADE HISTÓRICA PARA AS IGREJAS DO CONTINENTE *

Pe. Mário de França Miranda, SJ

O sucesso do Sínodo depende dos próprios integrantes. Que se expressem com sinceridade.

Falem, ouçam, dialoguem, a partir da realidade concreta de cada diocese.

Pela primeira vez na história, a Igreja Católica presente no continente americano terá a chance de se encontrar, melhor, se conhecer, examinar seus sucessos e suas dificuldades e, em profunda comunhão e guiada pelo Espírito, buscar orientações e soluções para os desafios que enfrenta. A **novidade** do evento deve ser posta em evidência. Realmente o Sínodo contraria a representação dominante de um mundo dividido em dois hemisférios, norte e sul, rico e pobre. Pois se constitui intencionalmente de americanos de todas as latitudes e institui, ipso facto, um diálogo pioneiro entre Igrejas Particulares.

Num mundo transformado numa "aldeia global" percebemos melhor que enfrentamos dificuldades semelhantes e tomamos maior consciência que podemos e devemos nos ajudar uns aos outros. Não

só pelo desafio que representa a forte presença da cultura norte-americana na América Latina e no Caribe ou o aumento de latino-americanos e caribenhos na América do Norte. Em nosso continente os setores da vida eclesial que passam por situações análogas, ou que podem ser complementados pela partilha de experiências e pela ajuda mútua, são bem mais numerosos do que imaginamos.

Se nos perguntássemos sinceramente o que gostaríamos de encontrar na exortação pós-sinodal, como palavra da Santa Sé que anima e orienta o difícil múnus episcopal, teríamos que reconhecer que a resposta depende em grande parte de nós mesmos. O Sínodo é expressão e instrumento da **colegialidade episcopal**, a saber, da particular responsabilidade dos bispos junto ao bispo de Roma no governo da Igreja e, portanto, atuação de uma solicitude pastoral que abrange toda a Igreja (CD 6).

Estamos às portas de um terceiro milênio para o cristianismo e somos conclamados pelo Papa a renovarmos nossa adesão à pessoa de Jesus Cristo e a proclamarmos para nossos dias sua mensagem salvífica (TMA). As Igrejas do continente americano constituem o maior contingente de católicos do mundo, tendo assim um papel decisivo para o futuro da fé cristã em nosso planeta.

* Texto da palestra proferida na reunião do CELAM, no Rio de Janeiro, no dia 02/10/97.

O sucesso deste Sínodo depende em grande parte dos próprios participantes. É sumamente importante que estes **expressem** com sinceridade os eventos positivos como também as dificuldades por que passam suas dioceses. E que ofereçam **meios** seja para fomentar as experiências vitoriosas, seja para remover os obstáculos encontrados ou diminuir seu impacto.

A novidade de um Sínodo, enquanto constituído por Igrejas que enfrentam realidades tão diversas, faz nascer a dúvida sobre a possibilidade de uma palavra comum dirigida a todas estas comunidades de fé. Só saímos desta dúvida se resolvemos nos falar e nos ouvir, ou seja, dialogar. A **linguagem** será criada durante o próprio Sínodo na medida em que as intervenções não repitam generalidades ou o já sabido, mas partam da realidade concreta de cada diocese.

As principais finalidades propostas pelo Santo Padre para esta Assembléia podem ser assim resumidas:

1. Promover uma **Nova Evangelização** em todo o continente, como expressão de comunhão episcopal.

2. Incrementar a **solidariedade** entre as diversas Igrejas particulares nos distintos campos da **ação pastoral**.

3. Iluminar os problemas da **justiça e das relações econômicas internacionais** entre as nações da América.

Todos nós já dispomos do «Instrumentum Laboris» intitulado **Encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América**. É um texto que irá inspirar as intervenções e que conserva toda a sua validade. Não iremos aqui repeti-lo ou resumi-lo, mas apenas oferecer brevemente alguns temas centrais deste Sínodo, sem pretender esgotá-los, mas tão somente introduzi-los em vista de possíveis intervenções futuras dos delegados.

I ENCONTRO COM JESUS CRISTO VIVO CAMINHO PARA CONVERSÃO

A **centralidade** da pessoa de Jesus Cristo para a Igreja e para o mundo já foi enfatizada no Concílio Vaticano II e vem sendo um elemento constante no ensinamento de João Paulo II. Proclamar Jesus Cristo como a salvação da humanidade constitui, sem dúvida, o grande desafio para a Igreja em nossos dias. Mas não se trata tanto de repetir doutrinas, quanto de levar nossos contemporâneos a um **encontro pessoal** com o Filho de Deus. Pois a maioria do povo do continente americano é cristã, mas muitos não demonstram viverem realmente a novidade sempre atual de sua mensagem.

A expressão «encontro pessoal» com Jesus Cristo implica uma **novidade** na existência dos que fazem esta experiência, transformando suas vidas e fazendo-os olhar a realidade envolvente com outros olhos. A pessoa, a vida e a mensagem de Jesus Cristo são o conteúdo central da missão evangelizadora da Igreja (EN 22; RH 10; RM 4), já que toda atividade e sentido desta missão consistem em levar à humanidade a salvação trazida por Jesus Cristo. Daí dever ela anunciar as **ações** e as **palavras** de Jesus Cristo, para que nossos contemporâneos as conheçam em profundidade e as tornem vivas e atuantes em sua existência.

A questão de fundo, sem descuidarmos a verdade dogmática, é de ordem **pedagógica**: como levar aos homens e mulheres de hoje a experiência plenificante, radiosa, integradora, pacificante, iluminadora, alegre, numa palavra, salvífica, que fazemos com Jesus Cristo? Ou como sermos mistagogos para nossos contemporâneos? Ou como apresentarmos Jesus Cristo de modo atraente e atual?

O contexto cultural de hoje, profundamente marcado pela modernidade e pós-

modernidade, impede que a linguagem clássica do passado consiga atuar como expressão atraente e provocativa da pessoa de Jesus Cristo. Pela mesma razão podemos dizer que Deus não é sem mais uma realidade clara e fundamental para o homem moderno.

Partiremos de duas simples afirmações: 1) o encontro com Jesus Cristo significa o encontro com Deus, que se revela no humano, e 2) também significa o encontro com a realização (salvação) do humano, realizada e manifestada na pessoa do Salvador.

Ao identificar o Reino de Deus com sua pessoa, Jesus Cristo nos indica que o conteúdo desta expressão está em suas **ações e palavras**. Relativiza tradições religiosas em favor de alguém em necessidade (Lc 12,9-14), trata com os marginalizados da sociedade: publicanos (Mt 11,19), pecadores (Lc 7,36-50), leprosos (Lc 17,11-19), pagãos (Lc 7,1-10) e até os pobres, malditos por infringirem as leis que desconheciam (Jo 7,49). Esta atitude é confirmada por suas palavras (Mc 2,13-17; Lc 15), que revelam um Deus cheio de amor por cada um dos seres humanos, independente de sua situação religiosa ou social.

Deste modo, através de seu agir e de sua doutrina, revelava Jesus Cristo o **rosto de Deus**, como alguém que acolhe o homem porque é homem, que o ama e perdoa sem impor condições (Mt 5,45; Rm 5,8), que manifesta predileção pelos pecadores (Lc 5,32) e pelos pobres (Mt 11,25). A imagem de Deus revelada na vida de Jesus Cristo implica grande intimidade com o Pai (Mt 11,27), manifestada claramente em sua oração (Mt 14,36). Daí ser Jesus Cristo a revelação perfeita do Pai (Jo 14,9), imagem do Deus invisível (Cl 1,16), quem dá ao vocábulo «Deus» seu conteúdo verdadeiro.

Mas também Jesus Cristo representa a **verdade última sobre o ser humano**. Já os primeiros cristãos afirmavam que a

humanidade tem o fundamento de sua existência na pessoa do Filho de Deus (Cl 1,16), por ser Ele o primogênito entre muitos irmãos (Rm 8,29). A vocação última do ser humano é unir-se a Jesus Cristo, de quem procedemos, por quem vivemos e para quem caminhamos (LG 3).

Enquanto realização perfeita do ser humano, enquanto Aquele que «revela o homem ao próprio homem e lhe descobre a sua altíssima vocação» (GS 22), manifesta Jesus Cristo em sua vida traços constitutivos do autenticamente humano. Em primeiro lugar sua relação ao Transcendente, ao **Pai**, como centro de sua vida e conteúdo de sua pregação (Jo 14,24). Sua história é a história de sua entrega total ao Pai (Jo 4,34), de sua obediência irrestrita mesmo diante da morte (Mt 14,36; Hb 5,7-9), daí a identidade de seu agir com o do Pai (Jo, 5,19).

Esta entrega total ao Pai acontece juntamente com um **amor incondicional** por toda e cada pessoa. É o que revela o trato de Jesus com os mais desprezados e marginalizados de seu tempo, os pobres (Mt 11,15), os pecadores (Mc 2,16), os enfermos (Mt 8,1-4), os pagãos (Lc 7,1-10), as mulheres (Lc 8,1-3). No contato com Jesus experimentavam tais pessoas a libertação, a ternura e o amor de Deus (Rm 14).

Diante de qualquer ser humano que sofre por falta de pastores (Mt 9,36) ou de alimento (Mc 8,2), golpeado por uma enfermidade (Mc 1,41) ou por uma situação dolorosa (Lc 7,13), Jesus se compadece e oferece cura, perdão, libertação, vida. Este comportamento, que escandalizava alguns de seus contemporâneos (Mc 2,24), leva Jesus a justificá-lo como a atitude do **próprio Deus** diante da pessoa humana (Jo 8,28), já que seu amor incondicional pelo ser humano se fundamenta no próprio Deus (Mt 20,1-15).

Jesus viveu sua entrega até o fim (Jo 13,1), dando sua vida consciente e livre-

mente pela humanidade (Mt 20,28) numa fidelidade total, expressão de sua **unidade com o Pai** (Jo 10,30). Ressuscitado por Deus como proclama a Igreja Primitiva (At 2,32), recebe sua vida e mensagem um alcance universal (Rm 16) e confirma suas afirmações sobre a irrupção do Reino em sua pessoa (Mt 19,28s), suas reivindicações de juiz escatológico (Mt 25,31-46) e de senhor da lei (Mc 2,28).

Proclamado como Senhor e Cristo (At 2,36), Filho de Deus (At 9,20), participante do poder de Deus (Ef 1,19-22) e confesso como Deus (Jo 20,28), que desde o início estava em Deus e era Deus (Jo 1,1), dotado, portanto, de toda a **plenitude da divindade** (Cl 2,9), é Ele o centro do querigma primitivo.

Esta modalidade de vida atestada nos Evangelhos aparece assim como o único caminho para o Pai (Jo 10,9; 14,6), decisiva do ponto de vista salvífico e característica principal do discípulo de Cristo. Em oposição aos discípulos dos fariseus, que buscavam mestres para aumentar seus conhecimentos da lei, os discípulos de Jesus são chamados por Ele (Mc 1,17-20; Jo 1,38-50) para **participar de seu modo de vida** (Mc 10,21) e conformar sua conduta à de Jesus Cristo (Mc 8,34).

Porém não se assume a existência de Jesus Cristo sem uma profunda **conversão** (Mc 1,15; Mt 4,17), sem ruptura com toda forma de egoísmo num mundo marcado pelo pecado. A fé cristã, aceita como um fato cultural, não oferece garantia salvífica (Mt 7,21). O discípulo de Cristo deve atualizar em si a existência pascal do Filho de Deus (Rm 6,28).

Aqueles que assumem este modo de vida realizam uma experiência salvífica, que lhes proporciona sentido, paz e esperança, acesso a Deus e nova atitude diante de seus semelhantes. Hoje, mais do que nunca, constatamos a força da proposta de Jesus Cristo num tempo de desorientação

e angústia. Mas não se trata somente de transmitir verdades, e sim de possibilitar um encontro pessoal, existencial, transformador com o Cristo vivo. Numa palavra, é necessário «seguir» a Jesus Cristo para conhecê-lo.

Daí a urgência de uma pastoral iluminada pela vida de Cristo e voltada para o seguimento, o compromisso de vida, a oração, o testemunho, a participação na comunidade, a caridade efetiva, a solidariedade com os mais pobres. São valores não só cristãos, mas profundamente humanos que estão em jogo, já que Jesus Cristo assumiu todo o humano, menos o pecado, e revela o autenticamente humano aos homens.

O apelo à conversão é também dirigido à **própria Igreja**, não apenas individualmente, mas como coletividade, em suas estruturas e em sua organização institucional, que deveriam ser mais coerentes com o Evangelho. Do mesmo modo deve ser combatido todo tipo de autoritarismo ou de clericalismo, como também deve ser melhor reconhecida a pessoa e a ação da mulher na Igreja. Esta conversão implica ainda o reconhecimento das faltas passadas e presentes com relação aos povos indígenas e africanos, bem como o esforço conjunto para diminuir as injustiças entre os países da América.

II ENCONTRO COM JESUS CRISTO VIVO CAMINHO PARA COMUNHÃO

O encontro com Cristo vivo se efetua através da comunidade eclesial que proclama, vive e atualiza a existência de Jesus Cristo em seus membros. Deste modo torna ela visível na história o Reino de Cristo e testemunha sua realidade em ações e palavras. É fundamental que ela seja uma **Igreja transparente**, manifestando as atitudes de Jesus de Nazaré, seguindo o seu

caminho na humildade e na pobreza e voltando-se para os mais necessitados (LG 8).

Enquanto acolhem na vida a pessoa de Jesus Cristo, capacitados pela ação do Espírito (1 Cor 12,3), estão os membros da Igreja em **comunhão** com Deus e com os demais, constituindo assim na história o sacramento universal da salvação (LG 1). Esta comunhão se realiza em diversos níveis.

A começar pela «Igreja doméstica» que é a família, que irá constituir, em comunhão com outras famílias cristãs, com as comunidades de base, associações e movimentos, a paróquia. A comunhão das paróquias constitui a Igreja Particular ou Diocese, que se une com as Igrejas-irmãs em nível regional, nacional, continental e mundial, pelo laço daquela comunhão no amor, que é presidida pelo Bispo da Igreja de Roma e fundada sobre a comunhão com o Pai, em Cristo, pelo Espírito (LG 23; Cfl 25).

O desafio maior deste Sínodo é concretizar de modo mais intenso e amplo a **comunhão eclesial entre as Igrejas do continente**. Deverá crescer o mútuo conhecimento não só entre as presidências das diversas Conferências Episcopais, mas também entre setores específicos como o da evangelização, da pastoral social, da educação, da teologia, do ecumenismo, do diálogo com a cultura, da pastoral urbana, etc. Daí poderiam nascer ações específicas a serem desenvolvidas de comum acordo e que certamente trariam grande enriquecimento às Igrejas Particulares. Pois a realidade da comunhão deve ser vista também dinamicamente, voltada para a missão, ou seja, uma «comunhão missionária» como expressa João Paulo II. É o mesmo Espírito que convoca a Igreja e a envia a pregar o Evangelho (Cfl 32).

Mesmo as Igrejas cristãs que não conservam a comunhão plena com a Santa Sé

não deixam de estar unidas por certos vínculos de comunhão, entre si e com a Igreja Católica. O esforço **ecumênico** pela unidade testemunha a favor da credibilidade da comunhão e deve ser incentivado sobretudo na América Latina, menos receptiva pelo proselitismo de algumas denominações cristãs junto aos católicos. O catolicismo norte-americano dispõe de maior experiência numa sociedade religiosamente pluralista do que o catolicismo latino-americano e caribenho, presente numa sociedade tradicionalmente católica.

A comunhão diz respeito também aos **leigos** no interior da Igreja, na linha da eclesiologia de comunhão do Vaticano II e da exortação apostólica *Christifideles Laici* de João Paulo II. A eles cabe um papel ativo na vida e na missão da Igreja, que se torna real na medida em que as estruturas colaboram, em que haja mudança na mentalidade de parte do clero, em que haja efetiva participação dos leigos nas decisões.

Esta comunhão deve se realizar em nossos dias numa sociedade pluralista com **múltiplas** situações existenciais, experiências pessoais, leituras da realidade, tradições e *ethos* culturais, de impossibilidade real de um conhecimento total da realidade por parte do indivíduo. Daí a importância do **diálogo** no interior da comunidade eclesial, em todos os níveis, como também da Igreja com a sociedade.

É fundamental que a Igreja reconheça a **diversidade étnica** e cultural no continente americano e permita que grupos específicos, minoritários ou não, possam expressar e viver sua fé cristã a partir de sua cultura, sem ter que se conformar sempre à cultura ocidental dominante.

Este pluralismo pede também uma maior **diversificação da ação pastoral** e evangelizadora, que seja sensível às diferenças regionais e valorize iniciativas das Igrejas Particulares em seus vários níveis.

A criação de uma «rede de comunidades», com intercâmbio de experiências e de recursos, diminuiria o problema institucional da paróquia e poderia revitalizar as estruturas eclesiais. Intimamente relacionada com esta temática está a questão da diversificação dos ministérios.

A pluralidade de contextos sócio-culturais pede também expressões e práticas plurais da vivência cristã na linha da inculturação da fé. A diversidade de situações existenciais dos católicos nas **grandes metrópoles** representa um desafio para a pastoral católica, se queremos que nossa pregação seja realmente significativa para nossos contemporâneos. A **religiosidade popular**, que não se limita às camadas mais pobres da população, deveria ser valorizada enquanto implica um processo de inculturação que manteve viva a fé daqueles que enfrentavam situações ausentes do discurso oficial.

A sociedade atual não só é pluralista como apresenta **mudanças** numa velocidade surpreendente. As gerações se sucedem em espaços de tempo cada vez menores. Daí a dificuldade dos pais para educarem seus filhos ou da Igreja para transmitir a fé. Novos contextos, novas linguagens pedem dos responsáveis eclesiais expressões novas que permitam fazer chegar aos jovens as experiências salvíficas das gerações anteriores.

Também no campo da **liturgia** dever-se-ia oferecer uma maior variedade de ritos e celebrações conforme a diversidade cultural, em modalidades mais expressivas e significativas.

Dever-se-ia igualmente repensar uma maior **diversificação dos ministérios**, redistribuindo as tarefas apostólicas, doutrinárias e litúrgicas, hoje concentradas em grande parte no presbítero.

Daí a importância de uma mais séria **formação religiosa dos cristãos adultos**,

com o oferecimento de bons cursos de teologia para leigos, que lhes capacitem ser de fato os protagonistas da Nova Evangelização. Igualmente importa formá-los espiritualmente, para que possam assumir a formação espiritual de outros.

Dada a existência de níveis muito diversos de pertença e de participação no interior do catolicismo revela-se importante a paciência, a tolerância, a **misericórdia** com os que vivem situações especiais como os divorciados, ou com grupos minoritários. Só assim serão atraídos a uma vivência maior na comunidade eclesial.

A pessoa da **Virgem Maria** aparece como a mais fiel seguidora de Jesus Cristo e, portanto, modelo para uma Igreja que crê e obedece, contempla, ora e anuncia os feitos de Deus. Nela deve se inspirar a comunidade eclesial: em sua experiência com seu filho Jesus Cristo, em sua coragem e liberdade ao seguir a ação do Espírito, em sua participação como mulher na história salvífica, em sua solicitude pelos demais, em seu compartilhar a vida com os pobres.

O mapa religioso do continente americano sofreu sérias **transformações** nos últimos anos. O fim da hegemonia cristã na sociedade deixa ao indivíduo a livre escolha para constituir sua biografia religiosa. Ao mesmo tempo a atual cultura, marcada pela racionalidade funcional e pela eficácia produtiva, deixa este mesmo indivíduo sem critérios firmes quando se entra no âmbito do sentido e dos valores.

Daí surgir no campo religioso o fenômeno do **fundamentalismo** nas mais variadas versões, oferecendo marcos referenciais seguros. Daí também o aparecimento de um **individualismo exarcebado** que acolhe os bens religiosos em função do próprio bem-estar e felicidade pessoais, na linha do hedonismo hoje dominante. Aqui está porque muitos católicos aceitam apenas parcialmente o ensinamento do

magistério, seja de ordem doutrinal ou ética. Diante desta situação é muito importante, de um lado, deixar claro o que constitui o núcleo da fé cristã e, de outro, saber apresentar esta fé como realidade salvífica e realização integral do ser humano.

Constata-se também uma busca ansiosa pelo «sagrado», desvinculada, contudo, de uma tradição ou de uma comunidade de fé. Misturam-se verdades cristãs, doutrinas orientais, cultos à natureza num holismo sem contornos, numa constelação de crenças em contínua mutação e mais conhecida como «nova era». O contexto sócio-cultural facilita o sincretismo, o assim chamado «trânsito religioso» e a difusão das seitas.

Cada um desses fenômenos não deixa de ser uma **interpelação** à Igreja Católica do continente. Deveríamos buscar dimensões esquecidas da grande tradição católica que podem oferecer respostas mais sintonizadas com a sensibilidade atual. Assim, por exemplo, a busca séria de experiências de Deus numa época de certo ceticismo doutrinal implica numa mudança radical em muitos planos de catequese e de pastoral em geral, que deveriam também ser autênticas **mistagogias**, como se dava no passado.

Neste atual contexto reveste especial valor na evangelização a força do **testemunho de vida**. Sem diminuir a importância da proclamação da mensagem cristã é o testemunho o principal meio de fazer chegar esta mensagem aos nossos contemporâneos (EN 41; RMi 42s). A impressionante repercussão mundial que teve a morte de Madre Teresa de Calcutá apenas confirma nossa afirmação.

Também o «encontro com Jesus Cristo vivo caminho para a comunhão» implica no respeito e no conhecimento das experiências religiosas presentes em **outras religiões**. Pois cremos num só Deus criador de toda a realidade, que revelou em Jesus

Cristo um único e universal desígnio salvífico. Daí a importância do diálogo inter-religioso para o próprio futuro do cristianismo, constituindo-se assim como parte da missão da Igreja (RMi 55).

III ENCONTRO COM JESUS CRISTO VIVO CAMINHO PARA A SOLIDARIEDADE

A solidariedade implica seja uma dimensão sócio-cultural, seja uma dimensão político-econômica. Dada a complexidade e amplitude do tema apenas mencionaremos alguns elementos do quadro que repercutem fortemente na vida e na vivência cristã do continente. Mesmo que algumas dessas situações de ordem cultural, política ou sócio-econômica possam ser encontradas em qualquer país do continente, dirigimos nosso olhar especialmente para a América Latina e o Caribe.

A sociedade moderna caracteriza-se por um pluralismo cultural, ausente nas sociedades tradicionais, e que teoricamente oferece ao indivíduo uma ampla possibilidade de leituras da realidade. De fato, porém, a pressão do **fator econômico** provoca a hegemonia da «cultura de massa» (**indústria cultural**), muito difundida pelos modernos meios de comunicação social. Esta cultura busca o consumo e subordina-se ao lucro, impõe modelos de comportamento, desvia dos valores autênticos ao difundir a violência, o sexo fácil, o desprezo pela vida, e ainda impede uma atitude crítica pela sucessão acelerada de informações e imagens. Por outro lado a cultura do povo representa uma reserva de valores cívicos e cristãos, embora em transformação pelo impacto da cultura de massa.

Outras características da atual situação cultural são a fragmentação do saber, a ausência de cosmovisões, certo relativismo procedente do próprio pluralismo, um «ethos» individualista, uma auto-satis-

fação imediata como meta prática de vida, dificuldade com o institucional, preocupação com a qualidade da vida ambiente, consciência ecológica, crise da estrutura familiar, etc. Estas características culturais se manifestam fortemente na cultura urbana tornando um problema sério a pastoral nas grandes cidades.

A Igreja deve lutar por manter na cultura o valor da pessoa humana, a solidariedade, a verdadeira liberdade, a importância do bem comum. A Nova Evangelização deve atingir também o contexto sócio-cultural (evangelização das culturas), penetrando no próprio processo produtivo da cultura com critérios evangélicos. Portanto não deve se limitar à crítica do individualismo hedonista, mas ser positivamente um espaço de vivência comunitária e fraterna, e saber expressar criativamente tais valores em novos símbolos.

Do ponto de vista político-econômico nota-se uma visível modernização com avanços tecnológicos notáveis, sobretudo na área da comunicação, a queda da taxa de inflação, maior consciência da necessidade de uma reforma agrária, diminuição da porcentagem dos mais pobres, ausência de conflitos armados, criação de mercados comuns regionais, aparecimento das ONGs. Tudo isto acontece simultaneamente com um aumento da concentração de renda, com a exclusão de grandes setores da população dos benefícios do sistema, com um taxa crescente de desemprego, com a violência urbana, com a decadência de serviços públicos vitais como a escola e a assistência sanitária.

Por detrás destes males está a dominante **economia de mercado** visando ao lucro máximo. Nações ricas procuram garantir sua situação recorrendo ao protecionismo e ao boicote econômico, à desvalorização das matérias-primas, à venda de tecnologias já ultrapassadas. A globalização aparece como um fenômeno ambíguo, porque tanto pode ajudar os países mais

fracos a dar saltos qualitativos, como a torná-los mais pobres enquanto os exclui do consórcio globalizado dos países ricos.

As dificuldades econômico-sociais aparecem hoje aos olhos da Igreja como consequências de ações humanas deliberadas. Porém seu papel não é o de apontar soluções técnicas, mas de denunciar a falta de ética como fator principal das injustiças e de exigir uma ação política que não deixe fora da economia valores como a justiça e a solidariedade. Para isso deve ser mais conhecida e aplicada a **Doutrina Social da Igreja**.

Daí, concretamente, sua luta pela diminuição ou cancelamento da dívida externa dos países em desenvolvimento, que deve ser acompanhada de outra luta contra a corrupção da classe dirigente nestes mesmos países, para que tais recursos possam beneficiar realmente as camadas mais pobres. Daí também sua luta para que o progresso econômico se dê juntamente com o progresso social e melhoria significativa das condições de vida das grandes maiorias. Seria também muito importante gestos simbólicos de ajuda mútua entre os países, sobretudo em favor dos mais necessitados.

No campo político observa-se que a força dos interesses econômicos diminui o poder político nacional, desvia a classe política de seus deveres para com o povo e fomenta nela a corrupção. Aliás a corrupção das classes dirigentes é um sério obstáculo à justiça no continente americano e deveria levar a Igreja a enfatizar mais fortemente a importância da ética na política. Ainda dentro da lógica do econômico situa-se o narcotráfico e o comércio de armas. Igualmente o princípio de autodeterminação dos povos fica mais no papel devido às pressões de ordem econômica. Até a OEA torna-se tribuna de países mais poderosos.

A Igreja deve dar maior atenção à dimensão política da fé, fomentando a cons-

ciência da cidadania, formando atores sociais para a vida pública em todos os seus níveis, promovendo a educação ética na sociedade, o respeito à lei e aos direitos humanos e investindo mais energia na formação ética da classe política além do já comprovado trabalho junto às classes populares.

Outros temas que poderiam ser mencionados num texto mais completo seriam: a cultura da vida, a questão dos direitos humanos, a temática da bioética, a criação de dioceses-irmãs entre o Norte e o Sul, os movimentos na Igreja e sua relação com a hierarquia, a distribuição do clero, a mulher na Igreja, as comunidades eclesiais de

base, o autoritarismo, a polarização ideológica, a recepção do Vaticano II, o diálogo da fé com a cultura, a política antinatalista, os meios de comunicação social, a formação do clero para esta sociedade, a corrupção na política, os menores de rua, a importância do bem comum, para citar alguns.

Rezemos todos para que o **Espírito Santo** inspire os bispos participantes neste importante Sínodo. Possam eles, através de suas intervenções em plenário e de suas sugestões nos «círculos menores», colaborar efetivamente com o Sumo Pontífice para o progresso do Reino de Deus no continente americano.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Sua comunidade acompanhou a preparação e a celebração do Sínodo? Que aspectos dessa preparação lhe parece que estão chamados a incidir mais na vida das nossas Igrejas particulares?
2. No contexto em que vive e atua a sua comunidade, quais são as principais

expectativas do povo de Deus em relação com o Sínodo?

3. A partir da leitura do artigo, procure aprofundar em comunidade a temática geral do Sínodo: Encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade.

AS PARÁBOLAS: A HUMANIZAÇÃO NAS IMAGENS DO REINO

Pe. Paulo Roberto Gomes, MSC

Para compreender o coração de Deus é necessário uma atitude anterior a qualquer religião: a sensibilidade histórica com os caídos pelo caminho.

INTRODUÇÃO

A “política de Deus”, manifestada por Jesus através do Reino, elege os pobres como destinatários da felicidade que Deus lhes quer dar. Ao mesmo tempo, proclama um “ai” de condenação aos ricos que os exploram, são injustos e desumanizam o povo (Cf. Lc 6,20-26). A prioridade está em realizar a libertação e a humanização dentro da sociedade de Israel, o que torna necessário um processo de conversão pessoal e social. Ricos têm que se converter de sua ação injusta, excludente e exploratória; pobres devem crer em Deus e no seu governo que vem para libertá-los¹⁷.

O centro da mensagem de Jesus expressa-se nas parábolas¹⁸, como forma pedagógica. Através de imagens anuncia a novidade do Reino de Deus e denuncia tudo

o que se constitui como obstáculo para sua implantação.

Utilizando a reflexão original de J. L. Segundo sobre as parábolas, este artigo quer captar nas imagens utilizadas, o desejo profundo de Deus em humanizar os pobres e excluídos. Sendo eles os destinatários privilegiados da mensagem de Jesus, nada mais atual do que buscarmos compreender as relações injustas dentro da sociedade de Israel e as propostas de superação.

As parábolas se dividem em quatro blocos: a falsa segurança desumanizadora, a humanização dos pecadores e a alegria de Deus, quem são os verdadeiros pecadores em Israel e o critério pelo qual deve ser interpretada a Palavra.

a) A falsa segurança desumanizadora

Na *parábola do rico insensato* (Cf. Lc 12, 16-21), o evangelista mostra, através dos termos econômicos, a falsa segurança das riquezas acumuladas. De um lado, se encontram os pobres desumanizados na sociedade de Israel. Do outro, os ricos que colocam suas preocupações em acumular bens, comer, beber e se regalar sem se preocupar com a situação dos preferidos do Senhor.

1 Cf. J. L. SEGUNDO, La historia perdida y recuperada de Jesús de Nazaret. De los sinópticos a Pablo, Sal Terrae, Santander, 1991, p. 188.

2 J. L. Segundo acha difícil determinar o número das parábolas nos sinópticos. Nem sempre é claro o limite entre uma parábola e uma simples comparação. Já J. Jeremias nomeia 40 parábolas. A divisão das parábolas em 4 blocos: a falsa segurança do Reino, os pecadores e a alegria de Deus, os verdadeiros pecadores em Israel e a leitura da Palavra de Deus é feita pelo próprio Segundo. Cf. Ibidem, p. 194.

Falta-lhes sensibilidade histórica e humana. Pois bem, para eles o reinado de Deus chega-lhes como a morte, em nada adianta a riqueza. O verdadeiro enriquecimento diante de Deus é vivido colocando o coração onde se encontram os deserdados deste mundo (Cf. Lc 12,33-34)¹⁹.

Na *parábola do rico e o pobre Lázaro* (Cf. Lc 16,19-31), o evangelista completa a parábola anterior. Lázaro representa a vida desumana dos pobres que perderam toda a dignidade. O rico, por sua vez, é insensível ao estado desumanizante do outro, preocupa-se somente com suas roupas vistosas, com as festas diárias e com seu prazer pessoal, vivendo despreocupadamente. O rico representa o acúmulo, o prazer, o deleite e a insensibilidade de tantos em Israel que não se preocupam com a desumanização alheia. Novamente a inevitabilidade do reino, comparado à morte, pega os dois de surpresa. Inverte a situação, ou melhor, a condição social. Lázaro e todos os pobres são consolados, enquanto os ricos são atormentados (Cf. Lc 16,25) ²⁰.

Na *parábola do ladrão* (Mt 24,42-43), o dono da casa pensa que sua riqueza encontra-se protegida. O ladrão surge de forma inevitável, desafiando todo cálculo. O dono não está vigilante e a riqueza acumulada, de forma injusta e desumana, é destituída daquele que se julga seu dono, pensando estar protegido. Toda e qualquer riqueza pertence ao Povo de Israel e deve estar a seu serviço e não à serviço de uns poucos. A chegada da "política de Deus", seu governo, inverte a situação. Ninguém está seguro e é dono de nada se não coloca seus bens em benefício da integração do Povo de Israel e de sua humanização²¹.

Com a *parábola das virgens prudentes* (Mt 25,1-12) revela-se, apesar das concepções diferentes, que todo o Povo de Israel aguarda a chegada do Reino de Deus. A demora faz com que muitos o esperem "dormindo", ou seja, que alguns o esperem com falsa segurança: mesmo sem estarem preparados pensam que poderão entrar. A parábola destina-se sobretudo às autoridades que usam de privilégios como se fossem direitos adquiridos e intocáveis, pensando que sua posição lhes possibilitará participar do Reino. A frase "em verdade vos digo que não os conheço"(v.12) revela o "não" de Deus àqueles que se servem da autoridade não para o bem do povo, mas para obter regalias se servindo dele e permanecendo no poder²².

As *parábolas do mordomo e do porteiro* (Mt 24,45-51 e Mc 13,34-37) se assemelham, apontando para o serviço intermediário das autoridades. O mordomo está abaixo do patrão e acima dos servos, como autoridade intermediária e delegada da mesma forma que as autoridades de Israel: acima do povo e abaixo de Deus. A delegação divina era recebida para que o exercício das devidas funções favorecesse o Povo de Israel. Como o patrão demora, o mordomo esquece o sentido de sua missão e se coloca numa falsa segurança. Começa a exercer a autoridade de forma irresponsável, despreocupada, abandona o povo e o oprime. A autoridade confiada para humanização da sociedade, torna-se poder desumanizante: "põe-se a bater nos companheiros, a comer e beber" (v.49). Deus, porém, irá destituir todo poder de Israel que na acumulação, nos privilégios, no abuso, lança o povo na pobreza e na marginalização²³.

3 Cf. Idem, *La historia*, p. 195 e idem, *Teología Abierta. Reflexiones Críticas*, vol 3, Cristiandad, Madrid, 1984, p. 80.

4 Cf. Ibidem, p. 196-197 e ibidem, p. 80-81.

5 Cf. Ibidem, p. 197.

6 Cf. Ibidem, p. 197-198 e idem, *Reflexiones*, p. 81-82.

7 Cf. Ibidem, p. 197-198 e ibidem, p. 82-83.

b) A humanização dos pecadores e a alegria de Deus

A segunda série de parábolas dá um passo a mais no desmantelamento da ideologia que se opõe ao Reino de Deus. Se a parábola do pobre Lázaro e do rico mostra Israel dividido em oprimidos e opressores, este segundo bloco mostra a divisão entre “justos” e “pecadores”²⁴. Lucas apresenta a parábola do banquete mostrando como o poder, na forma que é exercido pelas autoridades de Israel, coloca o povo como vítima indefesa.

No *banquete* (Lc 14,15-24) os primeiros convidados são chamados de “amigos especiais”, ou seja, as autoridades religiosas, os especialistas da Lei e do seu cumprimento são os que devem servir e cuidar do povo, a partir do coração do próprio Deus. Eles se consideram como “justos”. O segundo grupo está representado pelos pobres, os impedidos, os mendigos, os marginalizados que buscam subsistência pela beira dos caminhos. Para Mateus, mais preocupado com as virtudes, entre eles há “bons e maus” (Cf. Mt 22,10), enquanto Lucas, caracteriza-os pela situação social de desumanização que se encontram. No entanto, o primeiro grupo se exclui por si mesmo, ao dar cada um uma desculpa e justificação. Os preferidos de Deus, os que estão na situação desumana, sentam-se à mesa para participar da alegria do Reino. São pobres e marginalizados, ao passo que, as autoridades religiosas os consideram como pecadores. A parábola inverte a situação: os verdadeiros pecadores são aqueles que se consideram “justos” e não entram na dinâmica do Reino²⁵.

Nas *parábolas da ovelha, da dracma perdida e do filho pródigo* (Lc 15,4-32; Mt 18,12-14) Jesus se refere à preocupa-

ção prioritária de Deus. Quem se encontra perdido, vive triste e infeliz. A ovelha está ferida, o filho pródigo perdeu a própria dignidade humana ao querer matar a fome com a comida dada aos porcos. A parábola chama a atenção a respeito da degradação e desumanização. A ovelha perdida e isolada do rebanho, sofre, se debilita, machuca-se pelo caminho. Deus-Pastor se alegra ao buscá-la, trazê-la de volta ao rebanho, carregando-a sobre os ombros. Deixa as noventa e nove para procurar aquela que se encontra perdida. Para o Pai, cada um é único, especial, cabendo-lhe um cuidado singular. O mesmo acontece com o Filho Pródigo. Longe do Pai, de seu país, de sua convivência, ele se degrada: perde seus valores, perde os “amigos”, se prostitui e, por fim, assume um trabalho servil e humilhante para um judeu; cuidar dos porcos. A fome desperta-lhe o coração e, apesar da distância geográfica, mantém-se próximo ao coração do Pai. E volta. Se na parábola da ovelha e da dracma, a iniciativa parte do pastor e da dona de casa, nesta outra a decisão é do filho. Seu retorno corresponde à festa e à alegria. No pedido de perdão, ele se humaniza. O filho mais velho, apesar de próximo do Pai, mantém seu coração distante, ao excluir o próprio irmão: “este teu filho...” (v.30), acusa-o e se recusa a participar da festa do resgate da dignidade do outro. Quantos em Israel eram como o Filho Pródigo e quantos outros como o irmão mais velho?²⁶

c) Os verdadeiros pecadores em Israel

No terceiro grupo de parábolas, Jesus dá um novo passo no desmantelamento da ideologia religiosa que encobre e justifica a opressão dos pobres de Israel ao identificá-los com “os pecadores”. Essa divisão encobre a separação entre pobres e

8 Cf. Ibidem, p. 199 e ibidem, p. 83-85.

9 Cf. Ibidem, p. 200-202, ibidem, p. 83-85.

10 Cf. Ibidem, p. 202-204 e idem, *Reflexiones*, p. 85-87.

ricos²⁷. A *parábola dos trabalhadores da vinha* (Mt 20,1-15) mostra como se mantém a distância do coração das autoridades de Israel do coração de Javé, que na sua função deviam representar e propiciar os valores de Deus preparando a vinda do seu Reino. No entanto, ao invés de se alegrarem, com aqueles que chegam na última hora, para trabalhar pelo Reino, os vêem com maus olhos. Não aceitam que os últimos recebam o mesmo salário que os primeiros. Os “ociosos” da última hora representam os pecadores, os despreocupados com a Lei, mas que aceitam fazer parte do trabalho de Israel. Na mentalidade religiosa das autoridades o termo “pecador” era um rótulo para designar o grupo dos pobres: daqueles que perderam a dignidade, os deixados “ociosos” pela exclusão, que na luta diária pela sobrevivência não têm condições de observar os pormenores da Lei. A dignidade perdida recupera-se, a partir do momento em que os pobres e excluídos incorporam-se ao trabalho, quando se colocam a serviço do próprio povo ao qual pertencem. Deus, em sua “política” e em seu governo, humaniza os excluídos de Israel dividindo tarefas, dando-lhes uma missão, integrando-os como trabalhadores em vista do bem comum do próprio povo. A gratuidade de Deus supera o trabalho meramente quantitativo e a medida de justiça meramente humana²⁸.

Com a *parábola do fariseu e o publicano* (Lc 18,9-14)²⁹, Jesus mostra o preconceito da sociedade de seu tempo pelo fato de publicanos cobrarem impostos de seus concidadãos para o Império dominador e estrangeiro, o que faz com que sejam tidos como “pecadores”, tomando parte dos que

“estavam perdidos” em Israel (Cf. Lc 5,31; 19,10). Os fariseus, conhecidos pelos seus estudos e cumprimento da Lei, são bem vistos pelo povo e ocupam posições importantes na sociedade. Ambos se encontram no Templo diante de Deus. O fariseu dá graças ao Senhor pelo seu valor moral e marginaliza, degrada e desumaniza o publicano. O outro, por sua vez, introjetando a teologia desumanizante dos fariseus só sabe pedir perdão. No entanto, Deus perdoa o publicano e não perdoa o fariseu. A parábola desmascara, assim, o grupo dos que mantém seu “status quo” pelo seu zelo religioso e moral e a utilização do nome do Deus humanizador, para justificar a desumanização, o preconceito e a marginalização imposta aos cobradores de impostos³⁰.

Na *parábola dos dois filhos* (Mt 21,28-31) aparece de forma mais clara a polêmica de dividir Israel em dois grupos: o grupo dos chamados “justos” e o grupo dos “pecadores”, ou melhor, o grupo dos que dizem “sim” e o grupo dos que dizem “não” a Deus. O grupo dos que dizem “não” simboliza o próprio povo, despreocupado das Leis e tradições, devido a ignorância e a própria carga de penalidades e necessidades diárias. O grupo dos que dizem “sim” representa as autoridades e fariseus zelosos da Lei. Nenhum dos dois são tidos como modelo. Ambos são reconhecidos como pecadores. No entanto, os que dizem “não” caem em si, se arrependem e buscam fazer a vontade do Pai, enquanto os que permanecem na promessa tornam-se os maiores pecadores: são os profissionais do “sim”, escondendo-se atrás do zelo da Lei a própria incoerência de vida e o descumprimento da vontade de Deus³¹.

11 Cf. Ibidem, p. 204-205.

12 Cf. Ibidem, p. 205-206 e idem, *Reflexiones*, p. 87-88.

13 Geralmente os publicanos eram homens de pequenas aldeias que por traficar dinheiro para o Império estrangeiro tornavam-se objeto de preconceito. Cf. Idem, *La historia*, p. 206-207.

14 Cf. Idem, *La historia*, p. 206-209 e idem, *Reflexiones*, p. 88-90.

15 Cf. Ibidem, p. 209-211 e ibidem, p. 90-92.

A *parábola do servo sem compaixão* (Mt 18,23-34) fala de dois devedores incapazes de pagar as dívidas, ou seja, são pecadores. A dívida impagável representa sempre uma situação humilhante, que degrada e desumaniza. Porém, a princípio pode ser perdoada. Assim acontece com o primeiro que deve muito ao seu patrão. Esse usando de misericórdia para com ele, perdoa-o totalmente. Saindo de lá, o primeiro devedor encontra-se com um outro que lhe deve muito menos. Ao invés de aprender com o patrão a prática do perdão, exige o pagamento, age com violência “pegando-o pelo pescoço e sufocando-o” (v. 28), humilha o companheiro e, por fim, tira-lhe a liberdade jogando-o na prisão até que pague o último centavo (v.29). A parábola ressalta, desta forma, as atitudes das autoridades de Israel. O abuso do poder faz-lhes esquecer o perdão recebido de Deus, agindo de forma diferente com os outros. Torna-se expressão de humilhação, violência e coação da liberdade do povo deixando-o em situações cada vez mais degradantes³².

Com a *figueira estéril* (Lc 13,6-9), o grupo majoritário dos pobres e pecadores está representado de forma metafórica pela vinha, que na Bíblia simboliza o povo inteiro de Israel. O outro grupo, as autoridades tiradas do meio do povo para seu benefício, está representado pela figueira, com seu tamanho e altura acima do resto. A figueira foi cuidada pelo dono na espera de frutos. No entanto, chega-se a conclusão que deve ser cortada, uma vez que, cansa inutilmente a terra. Os frutos que Deus espera das autoridades, cuidando e servindo o seu povo, são nulos. O exercício do poder mantém-se estéril. A humanização do Povo de Israel não aconteceu³³.

Já na parábola que trata dos *vinhateiros homicidas* (Mc 12,1-11; Mt 21,33-46), a vinha simboliza o Povo de Israel, arrendado a uma autoridade subordinada que deverá prestar contas ao dono: ao próprio Deus. No entanto, as autoridades subordinadas recusam dar-lhe “a parte dos frutos”. Este envia mensageiros que são maltratados, agarrados e espancados, outros recebem insultos. Novos mensageiros são enviados e assassinados. Por fim, envia-lhes seu filho amado pensando que será respeitado. A decisão das autoridades subordinadas se expressa pela frase: “matemo-lo e será nossa a herança”(v.7). É o mesmo que dizer: nós lucraremos com Israel e o usaremos em nosso próprio proveito. E assassinam o filho. No fundo, as autoridades sempre usaram o povo em benefício próprio, o que significa degradá-lo a objeto, coisa, reduzi-lo a uma situação de injustiça e desumanização. Deus, porém, será severo e dará a vinha para outros, ou seja, entregará novas autoridades ao povo de Israel para fazê-lo dar novos frutos. A parábola dismantela a ideologia das autoridades religiosas do tempo de Jesus. Mateus mostra que os sumos sacerdotes e fariseus compreenderam bem que Jesus falava deles (Cf. Mt 21,45-46)³⁴.

d) A leitura humanizante da Palavra de Deus

Na última série de parábolas, Jesus mostra como a Palavra libertadora de Deus pode ser compreendida tão mal pelas autoridades e ser convertida em instrumento de opressão dos pobres e pecadores. Portanto, faz-se necessário compreendê-las a partir de seu sentido e devolver-lhe seu caráter humanizador.

A *parábola do administrador infiel* (Lc 16,1-9) não trata de questões morais. O

16 Cf. Ibidem, p. 211-213 e ibidem, p. 92-93.

17 Cf. Ibidem, p. 213-214 e ibidem, p. 93-94.

18 Cf. Ibidem, p. 214 e idem, Reflexiones, p. 94-95.

próprio administrador, desde o começo, só busca seu próprio benefício. Ante a “má notícia” que terminou seu tempo de esper-teza, volta-se para os devedores de seu pa-trão. As riquezas que carregam alguma “ini-quidade” são colocadas a serviço daqueles que contraíram dívidas. Jesus não elogia a corrupção do administrador, mas sua esper-teza, pois “os filhos deste século são mais espertos com sua geração do que os filhos da luz” (v.8). No fundo, Jesus destaca que com a mesma esperteza usada para fazer o mal, deve-se colocar as riquezas “iníquas” a serviço da humanização dos outros³⁵.

Nas *parábolas do sal e dos talentos* (Mt 9,50; 25,14-30), evidencia-se como devem ser destinados os bens deste mundo e a própria Lei, que não possuem sua função em si mesmos, mas em relação as pessoas. O sal está em função do alimento para salgá-lo, da mesma forma que os bens deste mundo e a própria Lei destinam-se a humanizar o ser humano: “o sábado foi feito para o homem e não o homem para o sába-do” (Cf. Mc 2,27). A parábola dos talen-tos, cuja referência é o dinheiro, destaca como a do sal que as riquezas não podem ser valorizadas de forma absoluta. O maior erro seria dar ao dinheiro um valor que estivesse nele mesmo, guardando-o. É ne-cessário arriscar e colocá-lo para render ainda mais. O medo do risco impede que aquele que recebeu um só talento assuma sua responsabilidade criadora. Israel rece-beu a Lei, como uma riqueza, não para guardá-la e pensar que seu valor se encon-tra em si mesma como absoluto e privilé-gio. Trata-se de um encargo que deve ser colocado em prática, por todo o povo, em que cada um se responsabiliza de forma

criadora pelo outro. A Lei e a riqueza, como privilégio e absoluto, ao invés de humanizar e libertar, devido o medo ou a valoração em si mesmas, tornam-se instrumentos de opressão. E a letra mata. Só quem se arris-ca, quem criativamente procura colocá-las em função dos outros, assume sua corresponsabilidade no Reino de Deus, humanizando a si mesmo e aos demais³⁶.

Com a *parábola do juízo final* (Mt 25,31-46), Mateus mostra o critério de jul-gamento de todas as pessoas e de todas as nações, não mais a partir das prescrições da Torá, mas da sensibilidade histórica que se torna amor concreto aos pobres e infe-lizes. De um lado, se encontra o grupo que se sensibilizou pelas necessidades mais elementares: a fome, a sede, o vestuário, ser acolhido, visitado, sentir que alguém se preocupa com ele. Do outro lado, se encontra o grupo insensível às necessida-des humanas. Ambos não conhecem Jesus, seu Reino, seus ensinamentos, porém, ne-nhum dos dois grupos tem desculpa, pois a sensibilidade histórica ao sofrimento alheio é uma dimensão antropológica, an-tes mesmo de ser religiosa. O critério do Reino é o amor que ajuda os necessitados a recuperar a humanidade perdida pelas necessidades ou situações a que estão ex-postos³⁷.

Já a *parábola do bom samaritano* (Lc 10,25-37) vem responder a pergunta feita a Jesus sobre o critério, usado por Deus, para conceder a vida eterna. Quem per-gunta é um legista ciente de que a resposta se encontra no amor a Deus e ao próxi-mo³⁸. Porém, há diversos graus de proxi-midade: em primeiro lugar estão os fami-liares, depois os compatriotas e con-

19 Cf. Ibidem, p. 215-216 e ibidem, p. 95-96.

20 Cf. Ibidem, p. 216-218 e ibidem, p. 96-97.

21 Cf. Ibidem, p. 218-219 e idem, *Reflexiones*, p. 97.

22 Em Israel havia um abismo entre ricos e pobres. As fontes seguras e ortodoxas da religião eram as Escrituras. E quem podia materialmente lê-las eram uma ínfima minoria da população: as classes altas. Cf. Idem, *Reflexiones*, p. 78.

cidadãos com quem se devia cumprir os deveres do amor e da justiça. A Lei fazia diferença entre o tratamento para um hebreu e um estrangeiro. Aqui Jesus dá um passo além no processo de humanização. Os ortodoxos da Lei passam diante do ferido pelo caminho, que havia sido assaltado, despojado do que possuía, deixado semimorto. Além da própria insensibilidade, a Lei proibia tocar em feridos ou cadáveres, incorrendo em impureza legal. Justamente um samaritano, ignorante da Lei e tido como inimigo pelos judeus, pára, se compadece do ferido e o ajuda a restabelecer. A questão colocada por Jesus não está no grau de proximidade prescrito legalmente, mas no fazer-se próximo do outro³⁹. Faz-se próximo quem se sensibiliza frente à dor alheia, quem se compadece dos feridos e jogados pelo caminho, ou seja, dos que se encontram em situação desumana. Ajudá-los a recobrar a humanidade, a se restabelecer é cumprir a Lei de Deus, mesmo sem conhecê-la. Só a opção pelos pobres, a piedade pelo neces-

sitado pode humanizar a Lei e fazer-nos entender o que ela propõe⁴⁰.

SÍNTESE:

1. Através das parábolas, uma forma simples de falar sobre o Reino, Jesus torna compreensível para o povo os mecanismos de opressão utilizados pelos governantes e prepara-lhes a consciência para a participação no governo de Deus.

2. As parábolas denunciam toda falsa segurança e inverte a situação: os pobres rotulados como "pecadores" são reabilitados por Deus, enquanto os que se julgam "justos" são rejeitados.

3. Para compreender o coração de Deus é necessário uma atitude anterior a qualquer religião: a sensibilidade histórica ou solidariedade com os caídos pelo caminho. Somente um amor concreto aos deserdados deste mundo possibilita uma compreensão correta da Palavra de Deus e abre as portas da salvação.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. No final do artigo, o autor sintetiza suas idéias em três afirmações muito pertinentes e questionadoras. Depois da leitura meditativa do texto, partilhe com sua comunidade os sentimentos e percepções que cada uma delas suscitou em você.
2. Escolha algumas das parábolas comentadas pelo autor para rezar e partilhar com seus irmãos, suas irmãs de comunidade.

23 Cf. Ibidem, p. 219-221, idem, Graça, p.173-174 e idem, Reflexiones, p. 97-99.

24 Jesus interpreta a Lei e a Deus de forma bem diferente do seu tempo, usando o critério do Reino que veio para os pobres. Cf. Idem, La historia, p. 222.

500 ANOS - TERCEIRO MILÊNIO - SÉCULO XXI

CHAVE DE LEITURA DO ANO 2000 A PARTIR DA CAUSA INDÍGENA

Pe. Paulo Suess, São Paulo - SP

Com gratidão às companheiras e aos companheiros do Cimi, comemorando 25 anos de luta: "o tempo que perdeste com tua rosa faz tua rosa tão importante". (Saint-Exupéry)

Para os povos indígenas, a Conquista não foi o começo de sua história. Foi uma intervenção estrangeira. A primeira Missa celebrada no Brasil consagrou a ocupação da terra pelo Rei de Portugal e visualizou uma empresa missionária atrelada à colonização.

A memória dos povos indígenas mostra a outra face do Brasil "berço esplêndido"; mostra o Brasil da violência, desde suas origens, e mostra o cristianismo em sua ambivalência, uma evangelização das melhores intenções "acompanhada pela injustiça e por ações anti-evangélicas"⁴¹. Assumimos esta história, que é nossa, enquanto herdeiros, cristãos e cidadãos, num renovado compromisso com aquela VIDA "que só se dá pra quem se deu, pra quem amou, pra quem chorou, pra quem sofreu" (Vinícius de Moraes).

1. LEITURAS DO ANO 2000

Frente ao ano 2000 se oferecem diferentes chaves de leitura dos cenários históricos e sócio-políticos, cuja compreensão pode ser útil para nosso compromisso com a causa indígena e a prática missionária.

a) Perspectiva doméstica dos "500 anos"

Durante as comemorações dos 500 anos de conquista da América, em 1992, parecia que o Brasil ficou relativamente indiferente. Por motivos históricos, geográficos e políticos não vivemos nossa identidade latino-americana como uma ilha encravada no continente. Os "nossos" 500 anos, o zelo pela singularidade do evento de 1500 e a língua portuguesa podem nos isolar do resto da América Latina. Um complicador particular é o discurso histórico "das grandezas do Brasil"⁴². Aqui parece tudo maior que em outros países. Isso não causa somente admiração. Causa também – sobretudo em setores militares, mas também em setores eclesiais – medos e preconceitos. A ênfase na especificidade da conquista portuguesa pode fomentar uma visão histórico-política paroquial.

A quem interessa essa leitura? Certamente a setores militares que invocam inimigos

1 CNBB, *Rumo ao novo milênio*. Projeto de evangelização da Igreja no Brasil em preparação ao grande jubileu do ano 2000. São Paulo, Paulinas [Documentos da CNBB, 56], 1996, n. 36.

2 Cf. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil* [1618], Salvador, Livraria Progresso, 1956.

virtuais do país para reclamar fronteiras mais seguras e para propor projetos como o “Cachoeira Norte” e o “Sivam”. A leitura doméstica dos “500 anos” é explorada por políticos de inspiração populista e nacionalista.

Também setores econômicos se beneficiam da miopia nacionalista; por um lado, para garantir por muitos anos a reserva de mercado para seus produtos obsoletos, por outro, para incentivar o Mercosul, como curador da nossa melancolia isolacionista.

Aos povos indígenas não pode interessar nem uma visão arqueológica que os qualifica como seres do passado desses “500 anos”, nem o isolamento de uma “visão doméstica”. Os 0,2% que representam no interior da população brasileira, não têm força eleitoral para garantir seus interesses básicos nas câmaras parlamentares. Por isso, a causa indígena só pode, democraticamente, ser defendida através de alianças e solidariedade. No caso do Brasil, os povos indígenas precisam de sólidas articulações com setores étnicos e sociais dentro e fora do país, que – como os povos indígenas na Bolívia e no Equador, por exemplo – representam uma força política respeitada, não somente pela “causa”, mas, pelo contingente populacional. Finalmente, precisam articular-se internacionalmente. Foi sobretudo a movimentação e vigilância da opinião pública internacional que, até hoje, garantiu a terra do povo yanomami.

b) Perspectiva messiânica do “terceiro milênio”

A comemoração dos 500 anos que passaram desde a conquista do Brasil coincide com o ano 2000, portanto, com o início do “terceiro milênio”. Nas Américas, o discurso do Terceiro Milênio não é novo. Na esteira da influência de Joaquim de Fiore, os primeiros missionários franciscanos, que vieram ao México devastado pela conquista, já alimentavam a esperança de inaugurar o Terceiro Milênio com os pobres e sem estruturas eclesiais.

No Brasil tivemos movimentos messiânicos entre os índios tupiguarani e entre camponeses. O “êxodo”, a “guerra santa”, um líder carismático e milagreiro, a crença na intervenção divina iminente e a fundação da “cidade santa” (ou a busca da “terra sem males”) são fenômenos constantes nestes movimentos. A vertente religiosa do “terceiro milênio” aponta para o terceiro milênio de uma nova cristandade; em sua vertente secular, se fazem ouvir vozes que afirmam que o “povo brasileiro” (Darcy Ribeiro) tem a potencialidade de amanhã ser o que os romanos foram ontem.

Historicamente, todos os movimentos milenaristas fracassaram. Refletem o mesmo equívoco da “saída da história”, muito próximo ao “fim da história” de Fukuyama, que seria uma história programada e, portanto, calculável. As constantes das ideologias do “terceiro milênio” são:

- não aceitam os destinatários do Terceiro Milênio como seus protagonistas adultos;
- julgam a história e atuam politicamente com um olhar retrógrado e pré-moderno; incentivam um providencialismo transcendental e um pentecostalismo fundamentalista;
- pregam a abolição das estruturas da Igreja hierárquica e do Estado autoritário por estruturas de lealdade patriarcal em “ilhas de salvação”; visam a um comunitarismo sem participação da comunidade e sem permitir discordâncias;
- desprezam as mediações históricas da organização da luta pela vida em benefício de um personagem autoritário, o *dux* (o *duce*, o *Führer*) que no Brasil, às vezes, é um *beato-monge* (Canudos, Contestado) ou um *padre* (Juazeiro). Estes iniciam o Terceiro Milênio que logo é derrotado pelas tropas coloniais e nacionais, ou simplesmente pelo passar do tempo e o não cumprimento de suas promessas.

Essa leitura interessa a setores autoritários e/ou fundamentalistas que a si ou ao

país outorgam um papel “messiânico”, como núcleo de uma nova cristandade ou nova “civilização brasileira”. Quem reserva o papel protagonico do terceiro milênio ao cristianismo, à própria nação ou tribo revela uma ambição hegemônica. Os povos indígenas saberão distinguir suas lutas por autonomia e protagonismo das pretensões hegemônicas da democracia das oligarquias e do partido único, da religião fundamentalista e do messianismo neoliberal.

A vida mutilada dos pobres, dos excluídos e dos outros é sempre um indicador que o conjunto todo das relações sociais precisa ser mudado. Não existem soluções meramente indígenas. Não existem soluções para um milênio. Num tempo de mudanças rápidas é preciso pensar o futuro com grande agilidade. As mudanças não serão feitas por líderes carismáticos, mas através de mediações políticas de um Estado com responsabilidade social, que é construção institucional de uma democracia participativa.

c) Perspectiva política do século XXI

Quando os povos indígenas olham para o passado do continente ameríndio, não enxergam somente “500 anos”, nem dois milênio, mas 30 ou 40 milênios que habitam essas terras. Tanto os “500 anos” como o “terceiro milênio” são referenciais dos colonizadores; referenciais, porém, que interferiram na sua história e mudaram os seus projetos. Por isso não podem ignorá-los.

A comemoração dos “500 anos” nos insere no século XXI. No final do século XX, os povos indígenas estão politicamente mais conscientes e mais organizados que algumas décadas atrás. Mas, ao mesmo tempo, estão mais ameaçados, porque perderam suas zonas de refúgio. Estão definitivamente “descobertos” por Radam e Sivam, pelas últimas ondas de colonização e desmatamento. Seu futuro não está garantido, nem pela fuga ou pelo êxodo, nem por esconderijos na mata atlântica ou amazôni-

ca, nem exclusivamente pela própria força. O futuro dos povos indígenas no Brasil é possível, porém, não é fatalmente garantido. A reflexão indigenista não pensa *pelos* povos indígenas, mas pensa *nos* povos indígenas e os escuta com atenção e esperança. Organizações indígenas, articulações, alianças, solidariedade, terras demarcadas, mudanças na agricultura tradicional, culturas tradicionais desafiadas pela modernidade – eis algumas palavras-chaves das discussões indígenas que apontam para pautas políticas e norteiam a opção missionária.

2. INSPIRAÇÃO BÍBLICA

A opção pela causa dos povos indígenas e pelos pobres determina a nossa visão da história, nossa leitura da realidade social e nosso lugar político. Por ocasião dos “500 anos”, não olhamos de Portugal para as “Índias Ocidentais”, nem da Europa ou do mundo nordatlântico para o Brasil, enquanto potência do mercado mundial. Não nos enxergamos com os olhos dos outros nem com um olhar de narciso. Olhamos do Brasil dos povos indígenas, do Brasil dos pobres e excluídos para os confins do mundo, para o ontem, o hoje e o amanhã.

A opção pelos povos indígenas, com todas as preparações e comemorações do ano 2000, encontram para nós a sua inspiração na tradição bíblica, onde o “ano sabático” – celebrado de sete em sete anos (cf. Ex 23. 10s) – e o “ano jubilar” – comemorado de sete em sete “anos sabáticos”, portanto, de 50 em 50 anos (Lv 25, 10) – significavam a libertação dos escravos, o perdão das dívidas e a recuperação da posse da terra. Semelhante aos povos indígenas, Israel compreendeu que “não podia ser privado da terra de modo definitivo, porque esta pertencia a Deus” (*Tertio Millennio Adveniente/TMA*, 12).

O “ano jubilar” aponta pra conflitos sociais. Por isso João Paulo II lembra: “Aos ricos, pelo contrário, o ano jubilar recorda-

va que chegaria o tempo em que os escravos israelitas, tornando-se novamente iguais a eles, haveriam de poder reivindicar os seus direitos. Devia-se proclamar (...) um ano jubilar, vindo em socorro de cada necessitado. Isto exigia um governo justo. A justiça, segundo a Lei de Israel, consistia sobretudo na proteção aos fracos (...). Se Deus, em sua providência, tinha entregue a terra aos homens, isso queria significar que a tinha dado a todos. Por isso, as riquezas da criação haviam de ser consideradas como um bem comum da humanidade inteira. Quem possuía estes bens como sua propriedade, era na verdade apenas seu administrador (...), sendo vontade de Deus que os bens criados servissem eqüitativamente a todos. O ano jubilar devia servir precisamente também para o restabelecimento desta justiça social" (TMA 13).

A realização do ano jubilar em Israel permaneceu mais uma meta ideal que uma realização concreta. Por isso, no início de sua vida pública, Jesus retoma, na sinagoga de Nazaré, esta meta não realizada e faz dela o anúncio programático de sua vida (cf. Lc 4, 16ss). Ele veio, ungido pelo Espírito Santo, portanto, como Messias, para tirar as promessas do ano jubilar das amarras da elite entrincheirada no templo, na Lei e no latifúndio. No projeto de Jesus, o ano jubilar significa um "ano de graça do Senhor para os pobres". Mas "ano", neste contexto, significa uma nova razão sócio-religiosa da história. O anúncio da boa nova aos pobres, a libertação dos cativos, a reparação das devastações seculares (Is 61, 4), o perdão das dívidas dos pobres e o pagamento das dívidas dos ricos que permite a recuperação da posse da terra e a redistribuição das riquezas da terra – tudo isso significa razão suficiente para uma nova contagem do tempo.

Ao deixar-nos guiar por essa inspiração bíblica, o ano jubilar de 2000 significa um olhar crítico e autocrítico sobre a história; inspira o compromisso com as lutas dos povos indígenas e de outros setores sociais pela libertação das terras cativadas

e pela redistribuição das riquezas acumuladas pelos mais fortes. Isso significa luta pela redistribuição e demarcação das terras indígenas, pela Reforma Agrária, acompanhamento das pastorais e dos movimentos do "sem", dos sem-terra, sem-teto, sem-emprego; luta pela participação de todos nas decisões do país e na mesa da vida. Ao colocar o ano 2000 no contexto da luta pela vida, da demarcação das terras indígenas e da organização da esperança, nos situamos no epicentro dos conflitos sociais e políticos deste final do século.

3. VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

Vida e identidade dos povos indígenas estão estreitamente vinculadas à sua terra, enquanto território físico e ao seu território mental e/ou ideológico, enquanto cosmovisão. A conquista do continente ameríndio está estruturalmente marcada por toda espécie de violência contra estes dois territórios de seus habitantes, contra suas terras e suas culturas, contra sua vida física como povos (guerra de extermínio, genocídio) e contra suas cosmovisões e seus projetos históricos, codificados em suas culturas (integração forçada na cultura/barbárie do conquistador e colonizador; etnocídio). A violência contra os povos indígenas tem múltiplos rostos e nomes: trabalho forçado, desprezo da alteridade, religião hegemônica, aliciamento por "drogas da civilização", exclusão social, fome e doença, enfim, morte prematura.

Dos cinco milhões de indígenas que habitavam o solo brasileiro no início da conquista restaram, segundo dados oficiais do governo brasileiro, de 1995, 325.652 indivíduos, sem contar os "índios isolados", nem os "índios urbanos" da maioria das grandes cidades do país. Essa população está distribuída em cerca de 215 povos, que falam mais de 170 línguas distintas.

Depois de cinco séculos de arrastão contra os povos indígenas, "vida de índio" continua sendo vida ameaçada, vida sem

lugar no “estado gerencial” das elites. O mapeamento dos conflitos centrais que a humanidade enfrenta, no final deste século XX, apontam para:

- conflitos de administração do planeta terra e da distribuição de suas reservas esgotáveis numa perspectiva de simetria social e do desenvolvimento sustentável; os conflitos sociais causam fome, exclusão e a degradação geral da vida e dos conceitos éticos; mudam até os parâmetros da “dignidade de vida”; os conflitos ecológicos chamam a atenção para a interdependência capilar da vida em sua totalidade e apontam para a responsabilidade pela vida das futuras gerações;
- conflitos coletivos entre culturas e civilizações; estes podem-se manifestar como guerras tribais, lutas fundamentais ou guerras pela hegemonia regional ou mundial;
- conflitos entre diferentes concepções do estado democrático; atualmente se impõe, mundialmente, o “estado gerencial”, com uma plausibilidade não explicada, com reduzida responsabilidade social, entregando serviços essenciais de solidariedade coletiva (saúde, educação, emprego, redistribuição da renda e da terra, proteção dos socialmente desfavorecidos) à “parcerias” que representam o “livre” mercado;
- conflitos resultantes de desespero coletivo e individual, da falta de sentido e de horizontes de esperança; sobretudo as gerações novas são atingidas por esta falta de perspectivas; as “saídas”, que muitas vezes encontram, são a droga, o mercado esotérico e o fundamentalismo militante de cunho religioso ou fascista; estas representam regressões infantis ou pré-modernas, “atalhos históricos” que acentuam os conflitos que prometem solucionar.

A violência no mundo, e particularmente contra os povos indígenas, não tem a fatalidade de uma estrela cadente. Ela é historicamente construída e pode ser politicamente interrompida.

4. PEDAGOGIA MISSIONÁRIA

Na sociedade em que vivemos, “amar” ou “defender” os povos indígenas não é algo óbvio. A defesa dos povos indígenas não é “uma paixão nacional”. Como razões podemos apontar:

- hoje, todo mundo tem que lutar pela própria sobrevivência; altruísmo parece um luxo dos ricos;
- as escolas, a mídia e os preconceitos culturais herdados contra os povos indígenas não favorecem sua defesa ou um engajamento espontâneo;
- nossos partidos e movimentos da esquerda – aliados naturais nas transformações sociais que possam garantir o futuro dos povos indígenas – ainda padecem de um déficit tradicional, frente a questões culturais e étnicas;
- muitos acreditam na magia e eficácia dos grandes números e das massas; não descobriram o papel e o valor simbólico das “minorias” para as transformações sociais.

Se não se pode esperar – também em nossas igrejas – que todo mundo goste dos índios, tampouco pode-se presumir que os que estão “fora” da questão indígena sejam necessariamente inimigos dela. Deve-se admitir que nem todo tipo de “ignorância” ou “indiferença” já significa hostilidade contra os povos indígenas. Também por isso, a causa indígena é uma causa missionária. Avanços políticos são possíveis somente *com* outros, com aliados e através de alianças. Estes “outros” precisam ser “cativados” com argumentos, simpatia e coerência pessoal e institucional; sem populismo, sem exaltação apocalíptica, sem atitudes de “donos da verdade”. Isso vale para a jornalista, nem sempre bem informada, que nos pede uma entrevista; vale para um sindicalista que quer tratar os índios como os sem-terra; vale para uma catequista ou um padre que partilha todos os preconceitos da sociedade que os criou. “Em si” (“essencialmente”) –

todos são gente boa (como nós), ainda conquistáveis e despertáveis para a causa.

A nossa missão, como a de todas as instituições que se empenham na luta pela vida é sempre uma missão dupla: sensibilização e ação. Da sensibilização “depende (...) a tomada de consciência de um maior número de pessoas. É necessário assegurar a formação desta base popular para obter um aumento da ajuda pública dedicada ao desenvolvimento e à transformação das ‘estruturas de pecado’”⁴³.

Mas, a nossa missão tem ainda outras dimensões. No interior das nossas igrejas, a pastoral indigenista lembra o colonialismo religioso e cobra as promessas do “ano jubilar”. Nossa presença eclesial significa sempre uma mudança de discursos, pautas e ações. Todo mundo compreende, hoje, que a defesa das terras indígenas, de suas organizações, a defesa de sua alteridade e de seu protagonismo faz parte de uma perspectiva de salvação integral. Mas qual é o lugar da “missão clássica” do cristianismo, o lugar do anúncio da Boa Nova da salvação em Jesus Cristo? É claro que ela se insere na perspectiva do Vaticano II, do diálogo interreligioso, da diversidade dos caminhos de salvação, da liberdade religiosa e da vontade salvífica universal de Deus.

Resta uma pergunta muito pessoal. Numa época de migração religiosa generalizada, o que nos mantém como missionárias e missionários, hoje, no cristianismo e, concretamente, em nossas igrejas? Eu pessoalmente, responderia que é a visão de novas relações entre as pessoas e de novas relações entre Deus e a humanidade, reveladas e inauguradas por Jesus Cristo: é a *gratuidade* (partilha), a *proximidade* (encarnação, inculturação) e a *universalidade* (não-exclusão de ninguém além das fronteiras de sangue e etnia).

O mundo capitalista é marcado pela não-reciprocidade, pela plus-valia da exploração. No mundo indígena apreciamos a reciprocidade que significa, frente à exploração capitalista um grande avanço. Mas, esta reciprocidade tem também seu lado, negativo, a vingança; o “olho por olho e dente por dente”.

Na compreensão cristã tudo é marcado pela gratuidade. A criação, a redenção, a partilha do pão e a doação da vida são expressões desta gratuidade. Alguém poderia objetivar que essa gratuidade é apenas, como em Israel o “ano jubilar”, uma meta ideal. Ninguém é capaz de vivê-la, historicamente. Sendo assim, a reciprocidade real dos povos indígenas não seria melhor que a gratuidade ideal dos cristãos?

Não se trata de algo “melhor” ou “pior”, simplesmente não faz parte da proposta religiosa de um Tukano do Rio Negro/AM de dar a sua vida por um Maku. Mas, olhando para a história dos “500 anos” vejo, por exemplo no século XVII, no meio de muita ambivalência e covardia, os jesuítas expulsos de São Paulo, não porque defenderam outros jesuítas, mas porque defenderam a liberdade dos índios; vejo, entre muitos outros, também o salesiano Rudolfo Lunkenbein e o jesuíta Vicente Canãs assassinados por defenderem as terras indígenas. Creio que nós cristãos temos muito a conversar com os povos indígenas, não sobre a substituição de seu universo religioso, mas sobre sua radicalização. Quando um Xavante é capaz de dar a sua vida por um Bororo, um Tapirapé por um Carajá, então a missão “deu certo”. Ampliou a tenda. Fortaleceu a causa.

5. CUMPRIR PROMESSAS DA MODERNIDADE

Como defender a causa indígena, além do imediato, numa perspectiva do século

3 PONTIFÍCIO CONSELHO “COR UNUM”. *A fome no mundo*. Um desafio para todos: o desenvolvimento solidário. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 81, n. 52.

XXI? Pode-se mostrar que os povos indígenas não só têm futuro, como têm contribuições importantes para a vida das futuras gerações. A “causa indígena” aponta – contra a violência regressiva dos diferentes fundamentalismos e da anomia social – não só para a assunção radical das promessas do “ano jubilar, mas também para a realização das conquistas da modernidade. Os povos indígenas são, junto com muitos outros setores sociais, vítimas da regressão à barbárie. Por isso não alimentam nenhum rancor contra a modernidade civilizada. Pelo contrário, reivindicam as suas promessas:

- um mundo historicamente construído através de movimentos sociais; a historicidade nos permite evitar idealizações, tanto do mundo indígena como do mundo missionário; pois a integridade do evangelho não garante a integridade da ação histórica dos evangelizadores;
- um mundo onde as transformações não sejam gerenciadas pelo Príncipe, mas pela participação democrática de todos os segmentos da sociedade, sobretudo das minorias, dos excluídos e dos historicamente não representados em nossas casas legislativas;
- um mundo no plural de cosmovisões e ideologias que assumam a diversidade simétrica de projetos de vida compatíveis (solidariedade com os diferentes, reconhecimento da alteridade);

- um mundo onde a “biodiversidade”, a alteridade reconhecida, represente uma arma de resistência contra a mesmice da globalização;
- um mundo que garanta a autonomia e o protagonismo dos povos contra todas as espécies de tutela, paternalismo, coletivismo obrigatório ou dirigismo autoritário;
- uma humanidade que – ao se responsabilizar pelo futuro das gerações – zele pelo planeta terra.

A memória histórica de suas lutas e tradições e o cumprimento dessas promessas da modernidade fortalecem as lutas dos povos indígenas. A memória indígena, aquém e além dos 500 anos, é um registro de resistência, uma fonte de esperança e uma chave de leitura histórica e um explicador do Brasil “moderno”.

O Cimi, com seus 25 anos de existência, faz parte dos “500 anos”. Ajudou forjar um novo conceito de missão, um conceito holístico e integral, desvinculado do estigma da missão colonizadora. O Cimi deu provas de *gratuidade, proximidade e universalidade* no tratamento teórico da causa indígena e no envolvimento prático nas lutas. Em suas avaliações, não é nem autocomplacente, nem autodestrutivo. Contribuiu e contribuirá a escovar a contrapelo “o espírito da época”, os “500 anos” e as políticas indigenistas em curso.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Após uma leitura atenta do texto, procure discutir na comunidade as principais teses apresentadas pelo autor no seu texto.
2. Dos desafios para a evangelização que o artigo destaca, quais são mais

próprios da sua realidade que vive a sua comunidade? Que pode ser feito para responder a esses desafios de maneira mais pertinente?

"A ALEGRIA DO SEGUIMENTO DE JESUS NAS CIDADES. REFLEXÃO SOBRE VIDA RELIGIOSA, CULTURA URBANA MODERNA E EVANGELIZAÇÃO"

Rosinha Borges Dias,
BELO HORIZONTE, MG

Há um dado assustador: 70% da vida religiosa estão estagnados e acomodados. Falta sabor, fé radical, prática coerente, falta qualidade evangélica no que fazemos.

Estamos vivendo tempos de perplexidades e mudanças aceleradas. A fragmentação da vida, a agitação, a sensação de vazio e de desenraizamento atingem a todos, mesmo a nós da Igreja. A cidade moderna é o local onde essa correnteza ininterrupta de informações, imagens e fontes de sentido vai formando fragmentos descartáveis de um todo sempre provisório e incerto. Cidade e modernidade avançada se confundem e a cultura urbana invade os espaços rurais. Não se trata simplesmente de estabelecer as diferenças entre pastoral rural e urbana, mas de *como ser boa nova no tempo e lugar em que vivemos: modernidade e realidade urbana.*

A complexidade é ainda maior porque há muitas cidades, dentro de uma mesma cidade. Certamente aquela vista da janela de um ônibus lotado não é a mesma daquela vista atrás do pára-brisa de um carro

importado com ar refrigerado, ou vista das gretas de um barraco debaixo do viaduto. Entretanto existe uma unidade nesta diversidade. Cada cidade é um todo social vivo e isto exige da Igreja novas formas de presença evangelizadora. O trabalho isolado nas paróquias, o desentrosamento entre pastorais, movimentos e congregações são sinais da inadequação. Mas isto é só a ponta do *iceberg*. A discussão atual é se ainda existe lugar nesta realidade para o catolicismo ou se não estaríamos entrando numa era pós-cristã.

A sensação é de perplexidade e visão embaçada. Mais que uma virada de século somos contemporâneos de uma virada de época. Como nos situarmos aí?

O primeiro pressuposto deve ser a consciência da nossa ignorância. Ciente dos limites, podemos trocar nossas intuições, buscando um pouco de lucidez e síntese que nos ajudem a viver com sentido e alegria este tempo e espaço urbano que nos foi dado.

É o que tentarei fazer passando minhas percepções, mesmo provisórias, a respeito destes três elementos: vida religiosa, cultura urbana moderna e ação evangelizadora. Não falarei dos contextos econômico, político e social, mas a partir da crise da cultura e do ser humano. Sinto que é por aí que se localiza a crise da vida religiosa hoje.

1. CRISE DA VIDA RELIGIOSA HOJE. SÓ DA VIDA RELIGIOSA?

Tenho lido nos últimos números da Revista Convergência e em outras publicações sobre o "caos" e a crise da vida religiosa hoje. Fala-se muito em insatisfação, tristeza, cansaço, pessimismo, desmotivação. Vive-se um momento confuso e desconcertante onde nos sentimos desorientados, sem perspectivas, sem ideal, muitas vezes entregues à rotina e à mera observância, indolentes numa vida assegurada e sem riscos. Ou, ao contrário, absorvidos no ativismo de uma vida apostólica ou de militância social e política. Há um dado assustador: 70% da vida religiosa estão estagnados e acomodados. Falta sabor, fé radical, prática coerente, falta qualidade evangélica no que fazemos. Alguns sem perguntas, outros incapazes de dar respostas às próprias perguntas, incapazes de encontrar sustento para a opção que fizeram. Em muitas congregações há escassez de vocações. Nas comunidades crescem a consciência dos direitos, o individualismo e o "viver e deixar viver", onde tudo se tem e não se precisa de nada e de ninguém. E a vida fraterna, onde fica?

Sem dúvida, trata-se de um quadro dramático e questionador, que revela grande vulnerabilidade na vida das comunidades religiosas hoje. Mas será que isso acontece só na vida religiosa? Sabemos que o clero também vive uma crise de identidade. Os leigos também experimentam essas perplexidades e busca de sentido. É certo que a Igreja vem perdendo sua força aglutinadora. Às vezes por estar muito centrada em si mesma, a Igreja pode estar ofuscando a imagem de Deus que ela deveria apresentar. Em vez de ajudar as pessoas a se encontrarem com o mistério de Deus Trino, o catolicismo tem valorizado mais a instituição, a doutrina, o rito, os

sacramentos. Pode ser que a embalagem esteja escondendo o conteúdo. O catolicismo não estaria num momento de encruzilhadas e mudanças?

Indo mais a fundo, encontramos a crise do cristianismo histórico. Crise do jeito como nossa religião se estruturou. Há indícios de que está se esgotando uma maneira de crer, de viver e de transmitir a fé. Não podemos continuar a crer por inércia. Às vezes nós mesmos, agentes de pastoral, religiosos ou presbíteros, corremos o perigo de sabermos demais. Achar que já estamos evangelizados e convertidos, prontos. Não estaria na hora de voltarmos às raízes, à experiência salvífica fundante do reencontro com a pessoa de Jesus Cristo?

Queiramos ou não somos afetados pela situação de desamparo que atinge a todos que vivemos essa "virada de época", mudança profunda de civilização. Pessoas e instituições, toda a sociedade vive uma fase de transição e passagens. Não só os religiosos ou a Igreja.

2. TRAÇOS DA CULTURA URBANA

Da realidade contemporânea feita de mudanças aceleradas é quase impossível ter uma visão de conjunto, global e coerente. Podemos apenas visualizar traços.

O primeiro que se nos apresenta é a fragmentação da vida e da sociedade. A sensação é que o cotidiano das pessoas na cidade tornou-se uma colcha de retalhos. A religião, que tinha um lugar central na formação dos valores, foi perdendo o seu lugar. Hoje é uma influência no meio de tantas outras. Há uma estonteante inflação de palavras e imagens, com múltiplas fontes de sentido e confrontos diários com o diferente. Há uma pluralidade de valores, crenças, opiniões, gostos. Tudo é relativo, efêmero, descartável. Não existem verda-

confusa, indefinida, plural, feita de retalhos que não se fundem num todo. Resultado: a situação pode ser descrita como *apatia desenvolvida* ou como *vazio cintilante*. Dois termos quase contraditórios que revelam essa agitação sem felicidade, o ritmo agitado do descartável. Revelam a perda do senso comunitário, do ideal, do "sentir-se parte de". Revelam um abismo onde aumentam a exclusão, as distâncias sociais e a violência. No fundo revelam uma sede muito grande de horizonte e significado à experiência humana. Sede de sentido e alegria de viver que sempre passam pela solidariedade com o outro. O oposto do individualismo.

Isso cria condições para o aparecimento dessa busca rumorosa de Deus e o avanço das religiões pentecostais. Elas respondem às carências especialmente dos pobres. Para reagir ao racionalismo dominante, dão vazão ao emocional, com curas e milagres. Na confusão e no relativismo dos valores, dão segurança e oferecem aos fiéis normas estritas e claras de comportamento, levando a uma confiança cega nos líderes. Usam a fé para a troca de favores e solução de problemas morais e financeiros. A multiplicidade deste tipo de práticas religiosas, mesmo dentro do catolicismo, como resposta à aflição, corre o risco de ser mágica e milagreira, virar terapia emocional das curas, substituindo a ética pela magia.

Podemos dizer que o modelo de vida adotado nas metrópoles está falido. Que há uma doença de insatisfação e de infelicidade humana. Gastam-se as energias para ganhar dinheiro e cumprir obrigações. Quando não estão trabalhando, as pessoas vivem fechadas dentro de casa, com uma preguiça distraída na frente da televisão. A pessoa está atingida como um todo na sua necessidade de ser feliz, de afeto e de alegria. Por mais conforto material que se tenha, ninguém sobrevive sem isso.

Desmoronam-se as construções mentais, os sistemas de valores, as utopias. As instituições (família, poder judiciário, poder legislativo, ensino) entram em crise. Crise que muitas vezes nos derruba, ou nos deixa paralisados e impotentes. Nesta avalanche estamos nós pessoas, congregações e Igreja. Afinal, estamos no mesmo barco, não somos imunes a tudo isso. Com uma única diferença: nós conhecemos o Caminho de uma vida com sentido. Será que o esquecemos?

Como evangelizar este emaranhado no qual muitas vezes estamos submersos? Qual o sonho de Deus para este mundo embaçado e desumano? Que papel Ele acalenta para nós, que temos as pretensão de ser sua Igreja?

Mas nem tudo são sombras

Se prestarmos atenção, podemos ver que os sinais do sonho de Deus já estão aí. Paradoxalmente, em meio a este quadro sombrio da realidade urbana moderna, podemos distinguir traços alentadores.

De dentro deste desencantamento do mundo, nasce uma nova sensibilidade. Descobre-se que a pessoa humana não é só razão, nem também só sensações, mas um ser pluridimensional, unidade entre coração e mente, com responsabilidades e deveres. Valoriza-se a afetividade, a sensibilidade e o sentimento. Há a emergência de uma nova subjetividade que se distingue do individualismo. Apresenta-se como um desejo sadio de realizar-se como pessoa, busca a felicidade, tomada de consciência da própria dignidade e de direitos, emancipação diante de todo tipo de tutelas.

Um valor fundamental que este momento traz é o pluralismo, o direito e a aceitação do diferente. Quando a cultura não legitima mais a identidade da pessoa, esta é que vai escolher o critério, a orientação, o apoio para constituir a própria identidade.

Escolher dentro de si mesma ou num grupo. Daí a importância da experiência de Deus hoje. O pluralismo como pressuposto que governa a sociedade, facilita o diálogo inter-religioso.

A cidade oferece mais oportunidades do exercício da tolerância, é um espaço privilegiado de liberdade e de democracia, um centro de múltiplas opções e de informação.

Há um processo interessante acontecendo na sociedade. Passagem de uma consciência materialista consumista que se afirma no *eu tenho*, para a emergência da subjetividade *eu sou*. Mais recentemente, com o aumento da consciência ecológica, há uma redescoberta de *eu sou parte de* um todo maior. Por isso mesmo, temos que *fazer a nossa parte* para encontrar as trilhas de um mundo mais humano, justo e acolhedor. Uma espécie de solidariedade cósmica, com uma nova sensibilidade com respeito à vida, que se inicia nos pequenos gestos do cotidiano e que vai vencendo a indiferença pela dor dos outros.

Redescoberta da importância da ação local: "*pensar globalmente, agir localmente*", como ação da cidadania contra a fome, onde se recusa a partidarização de propostas e a centralização do agir. Passa-se da lógica linear, hierárquica e vertical, para a lógica de "rede", horizontal e descentralizada.

O fenômeno ambíguo e desafiador da volta ao sagrado, da importância da mística e da religiosidade representa para a Igreja chance para um novo e diferente trabalho de aproximação da mensagem cativante de Jesus. As pessoas estão com sede de Deus, buscam experiências capazes de dar sentido e significado à vida.

Mulheres em movimento

A valorização e a crescente presença das mulheres na sociedade são um dado

alentador da cultura urbana atual. Este item merece uma reflexão mais aprofundada também porque nos interessa diretamente, pois somos a esmagadora maioria na vida religiosa.

Nas últimas décadas nós, mulheres, vamos ganhando voz e vez. Neste movimento de buscas e conquistas, numa primeira etapa, saímos do espaço da vida privada e alcançamos postos em quase todos os campos da vida pública, que antes eram ocupados por homens. Provamos que não somos inferiores aos homens, que podemos fazer as mesmas coisas que eles. Entretanto, para sermos respeitadas no trabalho, tivemos muitas vezes de pensar e agir como homens. Nosso lado masculino absorveu o lado feminino. Foi uma fase mais de competição que de cooperação.

Numa segunda etapa descobrimos a diferença: como mulheres não somos inferiores, mas também não somos iguais aos homens. Sentimos um certo mal-estar com esta situação. A igualdade pode ser uma armadilha, um equívoco. Na verdade temos, homens e mulheres, igual dignidade, com diferentes maneiras de ser, estar e agir no mundo. Hoje há a consciência de que a diferença não é uma desvantagem, pelo contrário, é riqueza. Esta diferença representa um potencial crítico enriquecedor da cultura.

Neste momento de crise de civilização descobrimos que a cultura atual recalçou o feminino e reduziu o ser humano apenas a um ser de necessidades. As dimensões de interioridade, de cuidado com a vida, de valorização das relações entre as pessoas, de respeito ao mistério do mundo, à natureza, foram deixadas em segundo plano. O poder como dominação e não como desejo de felicidade, de serviço, como querem as mulheres foi a causa do desastre.

Nessa terceira etapa descobrimos então que, como mulheres temos uma contribuição insubstituível nesta virada de época.

Contribuir para tornar o mundo mais humano e acolhedor, a partir de talentos inatos e relevantes do feminino: o cuidado com o outro, a atenção, a proteção da vida, a valorização da proximidade e da intimidade, do afetivo, da gratuidade nas relações. Entretanto, o desafio antropológico atual é integrar as dimensões feminina e masculina. O caminho da nova mulher que desponta na sociedade atual é também o caminho do novo homem. A pessoa é um nó de relações e ninguém se liberta sozinho. Há, portanto, uma co-responsabilidade ética da mulher e do homem no processo urgente da humanização da cultura.

3. COMO VIVER O EVANGELHO NA CULTURA URBANA

A complexidade da situação atual - nos seus sinais de morte e de vida - reveste-se de desafios múltiplos, a nós como pessoas, como congregações e como Igreja. Como pessoas estamos à volta com inúmeras perguntas: Como reencantar a vida? Onde redescobrir o princípio organizador para a existência? Como reencontrar a alegria de viver com sentido e significado? Como seguir as trilhas de um mundo mais humano e acolhedor anunciado e iniciado por Jesus de Nazaré? Como congregações e como Igreja nos perguntamos se não estaria na hora de rever nossas linguagens, estruturas e instrumentos. Agora seria o momento de encarar os desafios e fazer as mudanças necessárias e urgentes.

A cidade moderna não aceita mais tutelas. Rejeita toda instância controladora e tutora, que desce a pormenores morais, como muitas vezes se tem feito na Igreja. Também não cabe um afã massificante para encher igrejas, numa mentalidade de concorrência com o avanço das seitas. O modelo triunfante de cristandade já passou.

Conseguiremos vencer a tentação de um cristianismo de resposta mágica? Encher as igrejas às custas de milagres e a conseqüente perda de seu sentido mais profundo?

As pistas para viver e irradiar o evangelho na cultura urbana (pastoral urbana) passam em primeiro lugar pelo estar atento, acentuar e valorizar esta nova sensibilidade social que já vem aparecendo. Reconhecer na cultura moderna os sinais alentadores do sonho de Deus, a presença do Espírito da Vida que chegou antes de nós.

Podemos organizar as pistas em três níveis: da pessoa, da comunidade e da sociedade (para fora).

3.1. PESSOA: re-encantar o nosso olhar

Para viver o evangelho na cultura urbana hoje, é essencial a valorização da pessoa, contrapondo-se ao individualismo. Cuidar mais da iniciação da fé como experiência e não como doutrina. Ajudar as pessoas a compreenderem primeiro pelo coração, depois pela razão, ligando fé e vida. É um objetivo essencial da ação da Igreja hoje criar oportunidades das pessoas ter uma experiência salvífica de encontro pessoal com Jesus Cristo.

Trata-se, antes de qualquer coisa, de re-encantar o nosso olhar sobre esta realidade. Ajudar as pessoas a criar novos olhos. Como isso é possível, se nós mesmos estamos em crise, desencantados? Se vivemos entregues à rotina, cansados, tristes e desmotivados? Se estamos secos por dentro e nas relações com os outros?

Em primeiro lugar temos que aceitar este nosso desamparo e reconhecer nossa condição atual de "cegos de nascença". Reconhecer que, se não temos entusiasmo mais, é porque perdemos a luz, Deus dentro de nós. Nosso risco é achar que por saber as passagens do evangelho quase de cor, já fomos evangelizados.

Em seguida, com coragem e humildade, voltar à raiz, ao centro, a redescoberta da pessoa de Jesus de Nazaré. Ter fé é acreditar que a vida d'Ele faz sentido e optar por esse sentido em minha vida também. Redescobrir que a vida de Jesus é o caminho da realização da pessoa hoje também. Decidir que o sentido descoberto na existência de Jesus, é o caminho de minha realização como pessoa.

Afinal somos cristãos não por aprender teoricamente uma doutrina, mas sim por partilhar o modo de vida de Jesus. Sua existência tinha duas características fundamentais: entrega incondicional ao Pai e amor sem reservas aos seus semelhantes.

Acontece que infelizmente nossa figura de Jesus foi deformada. Na sociedade tradicional e no catecismo que tivemos, acostumamos a compreender Jesus a partir de Deus. Sua vida humana foi meio esquecida e descartável, um apêndice da fé. Como na sociedade moderna Deus deixou de ser um pressuposto conhecido e aceito por todos; agora é Deus que tem que ser compreendido a partir do homem Jesus. Quem segue Jesus de Nazaré hoje, como seguiram os primeiros discípulos vai conseguindo aos poucos se livrar da cegueira de nascença. Vai adquirindo um novo olhar cheio de alegria de viver.

Resumindo, só há um remédio para sair da crise de desencanto, vazio e estagnação que vivemos: uma espiritualidade profunda de busca da experiência de Deus, de volta ao centro, de redescoberta da pessoa de Jesus. Trata-se então de resgatar a experiência fundante e deixar-se seduzir pelo sentido da existência de Jesus de Nazaré. Trata-se de um trabalho conosco mesmo e de pastoral urbana. Também este é o caminho de reconstrução das comunidades religiosas, que só assim poderão redescobrir a pobreza evangélica e o desejo de apenas ser um lugar de se encontrar Deus e o irmão.

Experiência de Deus

O que seria esta espiritualidade capaz de ajudar as pessoas a reencantar o olhar? É aquela "vida no Espírito", que une experiência de Deus e compromisso com o irmão. Une mística e ética. Recupera o sentido da vida, dando-lhe orientação e significado. Devolve ao cotidiano um novo entusiasmo e equilíbrio.

Estamos sedentos de uma "vida no Espírito" baseada numa profunda experiência de comunhão com Deus, consigo mesmo, com o próximo - especialmente os mais empobrecidos - e com toda a criação, alimentada pela escuta da Palavra e dos acontecimentos históricos.

Experiência de Deus é, portanto, a experiência pessoal e profunda de **encontro**. Experiência de entrega que ao mesmo tempo nos integra por dentro, que unifica e centraliza nossa vida fragmentada, que reencanta o nosso olhar sobre o mundo. Experiência que dá sentido, ânimo e coragem no nosso cotidiano atribulado. É feita de um recolher-se (silêncio, escuta) para acolher melhor depois, com um novo olhar os acontecimentos e as pessoas. Experiência de confronto da minha vida com a vida de Jesus. É uma aventureira conquista que resulta numa liberdade interior muito maior.

A experiência de Deus arranca a gente da solidão e do desânimo, acalma a ansiedade, dá aconchego, desperta uma atenta simpatia humana que recupera a coragem e nos faz descobrir um "reino" escondido em nós e no meio de nós. Um reino de alegre convivência, que remoja o nosso coração.

A vivência desta espiritualidade ao mesmo tempo que aumenta nossa generosidade e compromisso com a vida, aumenta nossa indignação com os sinais de morte. Porque há sempre o risco de pensar que a experiência de Deus só ocorre quando há acontecimentos extraordinários, mágicos

milagres. Mas Deus não toma nosso lugar. Responder ao Seu amor misericordioso que experimentamos, exige de nós responsabilidade e compromisso.

Condições para a experiência de Deus

Mas como fazer experiência de Deus? Como ajudar as pessoas desencantadas de nossas cidades a se iniciarem nesta experiência de fé? Algumas condições são necessárias. A primeira é **acreditar que Deus existe, está vivo e presente** em toda sua criação: em mim, nos outros, na natureza, nos acontecimentos. Está presente agora e aqui, pode falar comigo, está à porta.

A segunda condição para a experiência de Deus é **fazer silêncio dentro de mim para escutá-lo**. É preciso ter diariamente um tempo reservado ao recolhimento, à oração silenciosa, à contemplação (mínimo 15-30 minutos). Tempo de silêncio interior para sossegar o coração e a mente, tomar distância da própria rotina. Trata-se de escapar do frenesi impaciente da superatividade que ameaça nos afogar, enquanto passamos precipitadamente de uma ocupação para outra. O silêncio é precioso na cultura urbana moderna. É abrigo de sanidade e paz. A mente se reabastece no silêncio.

A terceira condição é **prestar atenção** nesta presença de Deus, escutá-lo com o coração, sem pressa. Observar caladamente os sinais que Ele nos está transmitindo através dos acontecimentos e das pessoas. A leitura de pequenos trechos da Bíblia nos ajuda, inspira e dá o conteúdo de nossa meditação e contemplação. A Palavra revelada é critério para discernir a vontade de Deus. Refletir, ruminar, saborear, percebendo que palavras nos tocaram mais. O que o Senhor está tentando nos dizer através delas?

A quarta condição é **acolher** sua presença, suas inspirações e **responder** ativa-

mente aos sinais: procurando ver a realidade como Ele a veria. Tendo um novo olhar, re-encantando nosso olhar sobre as pessoas e as coisas. Tentando ver o essencial, o interior, reagindo com liberdade, iniciativa e esperança diante dos acontecimentos. Traduzindo a experiência em ação.

Em resumo, a espiritualidade cristã é deixar-se envolver e guiar pela presença da Trindade em nós. É saber descobrir esta presença em todas as realidades. Antes de tudo, Deus Pai está presente criando-nos e chamando-nos a viver em comunhão com Ele. Jesus Cristo, o Filho de Deus encarnado e nosso irmão, revela-nos, com sua pessoa, atos, palavras, gestos, comportamentos e atitudes como o cristão deve viver. E o Espírito Santo atua no nosso coração fazendo perceber a presença da Trindade e entender o que Jesus nos ensinou por suas ações e palavras.

3.2. COMUNIDADE: lugar de partilha, de festa, de perdão

Como já foi dito, a situação das pessoas na realidade urbana é de desenraizamento, falta de comunidade e senso de pertença. Por isso trazem um grande anseio de se sentirem em casa, acolhidas, apoiadas. Anseio de pertencer a um grupo de referência que as ajudem a viver com sentido, relacionando fé e vida. Evangelizar significa também criar oportunidades de vida comunitária. Criar oportunidades das pessoas sentirem que são parte de um todo maior que busca realizar o sonho de Deus.

A comunidade eclesial nasce para dar corpo e espaço a uma prática meramente individual. É o Espírito que gera continuamente a comunidade para o seguimento de Jesus.

As comunidades de vida cristã devem ser espaço de encontro entre as pessoas com interesses comuns. As estruturas muito grandes não ajudam a vida comunitária.

Nelas o cristão não experimenta a pertença à Igreja. A comunidade deve ser entendida como grupo de pessoas que se conhecem, que têm objetivos comuns e que se solidarizam nos vários momentos da vida. Rede significa relacionamento com outras comunidades diversificadas. A comunidade cristã organiza sua vida interna (comunhão e participação), evangelizando pelo serviço e participação na sociedade, pelo anúncio e testemunho de amor e solidariedade e pelo diálogo com as pessoas de boa vontade.

A organização da Igreja como paróquia criada há séculos atrás, não responde mais à realidade urbana moderna. Tornou-se muitas vezes uma distribuidora apressada de sacramentos, onde faltam acolhimento e atenção à subjetividade das pessoas, a quem é reservado um tratamento de massa, pois o padre não tem tempo para nada. A paróquia tende a ser um conjunto mais ou menos autônomo e fechado, quase um monopólio geograficamente delimitado, numa realidade de metrópole onde tudo está interligado, onde não existem fronteiras. Hoje esta estrutura é seriamente questionada.

A paróquia deve ser repensada como lugar de entrosamento de comunidades diversificadas, não auto-suficientes, mas interagindo umas com as outras. A proposta é a diversificação e descentralização das comunidades eclesiais. Buscar e aceitar uma pluralidade de formas, com ênfase nas pequenas comunidades, que têm um rosto mais humano. Valorizar iniciativas locais mais inculturadas. Temos que nos abrir para um catolicismo plural.

Rede de comunidades

A proposta é que a Igreja se estruture como uma rede de comunidades. Rede é uma organização descentralizada que permite ligações horizontais entre vários serviços, pastorais, movimentos e instituições

sociais. A rede quebra a cultura do individualismo, destrói o anonimato das grandes concentrações urbanas e sacia a sede de relações interpessoais. Proporciona maior facilidade para a inovação e a mudança. Cria uma cultura compartilhada, melhora a capacidade de iniciativa dos leigos, possibilita uma aprendizagem coletiva, cria mais condições para a prática do ecumenismo e também da misericórdia para com aqueles que foram condenados pelas leis eclesiais. Possibilita também o desenvolvimento, a diversificação e a criação de novos ministérios.

Outra exigência da cultura urbana moderna é a renovação e inculturação da **liturgia**. Buscar celebrações mais vivas, simbolicamente mais expressivas que levem à expressão do mistério no contexto atual. Fazer mais uso das imagens, procurando usar os meios de comunicação com criatividade. Redescobrir a capacidade de celebrar a fé como festa, de forma expressiva e comunitária, com cores, cenas, danças, cantos, momentos de silêncio.

A linguagem da **imagem** precisa ser incorporada em todo cotidiano pastoral da Igreja, não só nas celebrações, mas nas homilias, catequese, serviço social, comunicação interna e externa.

3.3. SOCIEDADE: evangelizar pelo serviço e participação

O terceiro bloco de propostas para seguir as pegadas de Jesus na cultura urbana moderna refere-se à sociedade. É colocada como a primeira exigência da evangelização inculturada nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (1995-1998)- CNBB "serviço e participação na transformação da sociedade para o bem dos pobres".

A evangelização deve ser repensada em cada nova época para continuar a missão de Jesus. "Neste sentido, evangelizar para

a Igreja nada mais é do que fazer o que Jesus fez: por palavras e ações expressar o amor misericordioso e compassivo para com todos, em especial os pequenos, os pobres, os mais necessitados e esquecidos de nossa sociedade injusta e excludente” (n.68).

A credibilidade da Igreja na cidade moderna se dá por seu empenho em favor dos pobres e da ética. São bem-vindas as posições fortes e corajosas que testemunham a bondade do coração do Pai, revelada por Jesus na construção de uma sociedade onde todos possam viver com dignidade. São posições de independência profética diante do poder. São também posições que apontam os caminhos da graça no coração humano, de realização e felicidade da pessoa, mostrado pela vida de Jesus de Nazaré.

Para ter uma presença pública mais marcante, a Igreja deve despojar-se dos privilégios e despir-se do que não tem sentido pastoral e missionário. Estar inserida no contexto de realidade da grande maioria da população, assumindo sua força profética. Levar às pessoas a consciência crítica diante das injustiças e questões sociais. Promover iniciativas concretas que viabilizem o atendimento dos grupos em situação de risco e de exclusão social através de parcerias com todas as forças vivas da sociedade. Estar mais presente nos meios de comunicação social em favor da ética, da moral pública e dos valores humanos. Incentivar a participação dos cristãos leigos nos movimentos comunitários, populares e culturais. Também nas instâncias de vigilância e controle social dos poderes executivo, legislativo e judiciário, conselhos da criança e do adolescente, de moradia, de saúde, comissão de acompanhamento das câmaras municipais etc. Esta presença pública tem um caráter de serviço e participação, afinal, a boa nova se manifesta na prática de quem é solidário e próximo.

Entendemos por serviço e participação na sociedade o empenho social e político para transformar a realidade injusta marcada pelo individualismo e ausência de ética. Este trabalho é muito exigente e só pode ser feito se apoiado por uma mística e espiritualidade profundas. Assim é como se fosse um tripé dos valores do seguimento de Jesus: solidariedade, justiça e mística.

Solidariedade é o serviço de coração compassivo, testemunha do amor misericordioso do Pai, que se compadece do sofrimento do outro, como se fosse seu. **Justiça** é o resultado da ação política de **participação** na transformação das estruturas injustas da sociedade. A política visa organizar as relações de convivência humana, com vistas à construção da vida democrática, não se restringe às eleições, mas também à participação em conselhos, movimentos populares etc. **Mística** é a experiência pessoal e comunitária de vida no Espírito, que nos dá ânimo e entusiasmo para o trabalho. É o motor de todo o compromisso.

Estes três aspectos entrelaçados solidariedade, justiça e mística apresentam uma novidade, pois muitas vezes privilegiamos um, em detrimento dos outros, o que deforma nossa ação. A solidariedade sem justiça e sem mística é assistencialismo: perpetua a pobreza. Luta pela justiça sem solidariedade e mística é ativismo político. Mística, sem justiça e solidariedade é pieguice, religião alienadora.

4. PARA CONCLUIR...

Precisamos continuar nos perguntando: qual o sonho de Deus para este mundo desencantado e desumano da cultura urbana moderna? Que papel Ele acalenta para nós, sua Igreja?

Em primeiro lugar lembrar que há muitos sinais de vida nesta realidade. Deus não foi embora da cidade. É preciso pres-

tar atenção, captar, acolher, potencializar estes sinais de vida: a valorização da pessoa, os direitos humanos, a liberdade, a aceitação das diferenças, o pluralismo, a solidariedade, a democracia, a organização em rede, a contribuição das mulheres...

Podemos dizer que o sonho de Deus para sua Igreja, para as comunidades religiosas e para cada um e uma de nós, já foi revelado pela vida de Jesus e está sendo gerado pelo Espírito, na comunidade para o seu seguimento. O sonho é parecer-se cada vez mais com Jesus.

Três características são importantes nesta virada de milênio: ser uma Igreja misericordiosa, missionária, participativa.

Igreja / comunidade religiosa / pessoa **misericordiosa** é acolhedora, samaritana, humilde e aberta a todos. Não faz distinção entre as pessoas. Possui um coração que se compadece da dor delas, porque a sente como sua. Igreja que tem entranhas de mãe, que se comove diante do sofrimento. Misericórdia é a mais humana das virtudes, é a que mais humaniza as relações entre os homens, pois está muito ligada ao perdão e à partilha. A condição para ser misericordiosa é a experiência de Deus: encontro diário e profundo com o nosso Pai/Mãe, que nos dá forças para parecer-se com Ele. Que, tendo experimentado Sua bondade, possa transmiti-la às pessoas mais excluídas e esquecidas.

Igreja **missionária** é servidora da vida, voltada para fora, em diálogo com o mundo e as outras religiões. É reinocêntrica e não virada para si mesma. Pessoa com espírito missionário é aquela que não está instalada, acomodada, presa à rotina. Está à caminho, peregrina, pronta para o serviço. Sabe ouvir, ver, apreciar a realidade que a rodeia. E sempre se pergunta: vi o Cristo neles? Viram o Cristo em mim? É aquela que tem "uma brasa no peito e uma flecha na alma". A condição para ser missionária é, a cada dia, deixar-se evangelizar, converter-se ao jeito de Jesus ser.

Igreja **participativa** fundamenta-se na Trindade que é a "Santíssima Comunidade de Querer Bem", é família, comunhão, convivência. Uma Igreja onde não há distância entre padres, leigos, religiosos, pois pelo Batismo todos foram chamados a ser Igreja-comunidade e, ao mesmo tempo, foram enviados a ser Igreja-missão no mundo. Pratica o diálogo e a comunhão na diversidade, é pluralista. Igreja de irmãos e irmãs, não de superiores e inferiores, que vive a colegialidade, que se organiza em redes de comunidades descentralizadas. Participativa também para fora, na sociedade, fazendo parcerias com todas as pessoas de boa vontade para mudar as relações e tornar o mundo mais justo. A condição é confiar na presença atuante do Espírito em nós, e agir com "temor e tremor, mas com toda ousadia".

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Como pessoa, temos um olhar encantado ou desencantado? Como anda nossa experiência de encontro com a pessoa de Jesus?
2. Nossa comunidade é lugar de partilha, perdão e festa? Temos contribuído para

criar e animar comunidades no meio do povo? Como ajudar nossa paróquia a se transformar numa rede de comunidades?

3. O que temos feito concretamente para evangelizar pelo serviço e participação na sociedade?

A PASTORAL BRASILEIRA DA SAÚDE

Hubert Lepargneur

"Eu tive fome... tive sede... estive nu... doente... na prisão... Todas as vezes que o fizestes a um destes mais pequenos foi a mim que o fizestes" (Mt 25,35-36.40). Eis a base para a Pastoral da Saúde.

DE ONTEM PARA HOJE. Até há pouco tempo, a pastoral da saúde evocava a condição de um capelão enclausurado em seu meio pouco saudável. No contexto da Teologia da Libertação ele parecia um sacerdote marginal, pouco dotado ou pouco aproveitado, ou idoso e quase aposentado. Possivelmente ele mesmo pensava assim olhando pela janela ex-colegas de seminário, originários como ele do meio rural ou do interior, promovidos a integrar barulhentas passeatas sócio-políticas. A marginalização do meio sanitário, incluindo seus poucos capelães, era, do ponto de vista do clero avançado, tão pronunciada, quanto à dinâmica evangelizadora, quanto, hoje, a marginalização do meio empresarial. Nada de bom, nada de transformador da sociedade podia sair destes meios abandonados aos micróbios, se não a exploradores humanos.

Imbuídos por uma mentalidade rural que eles não sabiam superar, os seminaristas de outrora julgavam preparar-se o suficiente com alguns anos sofridos de filosofia e teologia, desprovidos de qualquer interesse para aprofundamentos, não apenas numa erudição sem rumo, mas até para uma informação ampla concernente ao mundo real em profunda mutação⁴⁴. O mundo dos avanços tecnocientíficos, para não falar na globalização que se preparava, não era bem visto pelo clero, que lhe dava pouca consideração. A transformação da sociedade para melhor não podia vir de cima, mas de baixo.

Mais útil para o devido preparo era uma sintonia com a cultura popular, com a música popular etc., num esforço que não foi vão ao criar inúmeras Comunidades Eclesiais de Base preocupadas, também, com saúde... Padres que acompanham com inteligência e empenho a evolução do contexto sanitário abriram-se para outra perspectiva. O hospital moderno recebe em cheio o impacto do progresso tecnocientífico (o século 21 não será da biotecnologia?). Agora todo mundo vai ao hospital, desde o nascer até o óbito. Dentro do próprio hospital, o capelão pode ser a pessoa mais relacionada com todo mundo, do porteiro ao diretor; como não sentiria a necessidade para si e os colegas de adquirir mais competências?

O CARÁTER SUPLETIVO. Os cuidados de saúde situam-se tanto nas preocu-

1 Antes de ser capelão de hospital, o autor foi, nos anos 60, o responsável em São Paulo do ano de pastoral da CRB para neo-sacerdotes.

pações perenes da Igreja quanto nas funções impreteríveis do Estado, ainda mais do que outros setores da atividade social como o ensino. De um lado, temos a atividade caritativa e hospitaleira dos cristãos, sem descontinuidade a partir da atividade curativa de Jesus de Nazaré. Do outro lado, não sem a freqüente ênfase retórica de textos programáticos, temos o artigo 196 da Constituição de 1988: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Resulta que a atividade biológica, se se pode dizer, que cabe à Igreja, neste setor, tem o caráter supletivo (normalmente, ela se reduz com o desenvolvimento da sociedade civil). A Igreja, os cristãos, tendem a atender às necessidades que as instituições da sociedade civil não satisfazem. Entre as duas entidades, haverá sempre uma decalagem tanto na abrangência das atividades sanitárias, quanto, e sobretudo, no espírito com que elas estão implementadas. Sem que ocorra mais, pelo menos perceptível, maciça e abertamente, uma pressão eclesial no atendimento sanitário para fins de conversão e recrutamento de fiéis.

Este aspecto supletivo faz com que a tarefa sanitária e pastoral da Igreja esteja acentuadamente diversa de um país para outro, talvez de uma região para outra. Inútil rivalizar em tarefas que entidades públicas preenchem a contento. De fato, haverá sempre que fazer porque nenhuma nação do mundo está hoje capaz de providenciar (ou previdenciar) "saúde para todos" nos padrões de excelência que a definição da OMS promete ("estado de completo bem-estar..."), que a atual tecnociência permite para uns poucos e que a pressão popular, midiamente incentivada, parece exigir.

DEFINIÇÃO E DIMENSÕES. A Pastoral da Saúde da CNBB adotou para sua tarefa a seguinte definição: "Ação evangelizadora de todo o povo de Deus comprometido em promover, preservar, defender, cuidar e celebrar a vida, tornando presente no mundo de hoje a ação libertadora de Cristo na área da saúde". Um cidadão não católico talvez intuirá algum proselitismo numa definição que cede à grandiloquência da literatura eclesiástica oficial, mas a ação evangelizadora deve respeitar as liberdades que se expandem no pluralismo factual. A atuação sanitária eclesial pode perfeitamente expressar-se no quadro da trilogia proposta pela CNBB: a Pastoral da saúde comporta uma dimensão solidária, uma dimensão comunitária e uma dimensão político-institucional.

I. DIMENSÃO SOLIDÁRIA

A solidariedade manifesta-se em ações adaptadas às situações e se exerce ora em hospitais e Misericórdias, ora nas formações familiares ou comunitárias, visando não apenas aos doentes e deficientes de todos os tempos, mas ainda aos portadores de HIV, aidéticos, alcoolizados, drogados e famílias. A ajuda prestada aos doentes e deficientes, característica mais óbvia do setor, foi a primeira atuação dele a aparecer na história (junto com a hospedagem dos peregrinos e outros transeuntes); foi vivenciada sem romantismo nem preocupação sistemática por gerações de cristãos, especialmente por congregações religiosas. Não temos de relatar aqui a fundação das principais famílias que se consagraram a tais obras de misericórdia, tais como os Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus (1537), os servidores dos doentes ou Camilianos (1584), as Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo (1633) e as Irmãs de S. José de Cluny (1807). A maior parte das congregações, sobretudo femininas, que

cuidaram ou estão cuidando dos doentes e da saúde são polivalentes e exercem esta atividade ao lado de outras.

Um maior número de cristãos e cristãs leigos opera, profissionalmente ou como voluntários, na dita pastoral, compensando de certa maneira o retraimento das congregações religiosas atuando no setor da saúde. Esta mudança situa-se num movimento mundial de retração: entre 1973 e 1985, das 369 congregações femininas estabelecidas na França, 268 fecharam seus noviciados, ainda que uma profusão de pequenas comunidades apostólicas se tenha formado, nem sempre com pertença a uma congregação reconhecida.

Não é inútil observar na "ação solidária" duas componentes ou dois aspectos implicados na expressão "ação evangelizadora". A motivação do ajudante nesta pastoral é sua fé religiosa, que perpassa uma ação realisticamente caritativa de ajuda. Pode-se falar então em evangelização na medida em que o ideal evangélico assume o sadio e natural desabrochar das pessoas e de seus contextos culturais, sem necessária conotação do proselitismo. Outro aspecto, rechaçado nos meios mais secularizados, mas implícito na expressão "ação evangelizadora", diz respeito à delicada pressão de aliciamento para as fileiras católicas. Entre estes dois sentidos o agente pastoral testemunha uma retidão altruísta, uma disponibilidade e serviabilidade que não podem ofender e são capazes de edificar qualquer sujeito de boa vontade. No programa teórico visa-se atender a pessoa carente, integralmente, nas dimensões físicas, psíquicas, sociais e espirituais. Isto não resolve o problema prático das prioridades: que dimensão privilegiar em determinada situação? Que pessoa privilegiar, uma vez que "dar tudo a todos" em matéria de saúde não passa de retórica utópica, mesmo quando inserido em documentos oficiais (que os poderosos sabem muito bem usar em seu favor)?

Observa-se uma evolução dos cuidados "pastorais" em razão das evoluções tecnológicas. Um Camilo de Lellis e um Vicente de Paulo, um pouco mais tarde entre os séculos 16 e 17, faziam quase tudo, do material ao espiritual, para as necessidades tanto biológicas quanto religiosas dos beneficiários. "Mandem em mim, porque vocês são meus patrões" dizia o primeiro aos doentes; ele dava o exemplo, transportando os adoentados sobre as costas feitas ambulância, para lugar de cuidados. A seus irmãos no sacerdócio, o segundo admoestava: "irmãos, amemos a Deus às nossas custas, com a fadiga de nossos braços, com o suor de nosso rosto"; dava o exemplo ao organizar, contrariando Mazarino (o poder público do momento), uma refeição diária para dois mil famintos. As irmãs de Madre Teresa de Calcutá (sem excluir outros apóstolos(as)) desempenham similares tarefas multifacetadas na Índia e em muitos países.

Hoje, além da ajuda espiritual-religiosa, eventualmente sacramental e celebrativa, privada ou pública, as congregações e os religiosos(as) atuando na pastoral sanitária acrescentam, segundo as circunstâncias, cuidados de enfermagem ou de terapia especializada, funções de médicos, mas também funções educativas e de ensino (palestras, cursos, faculdades, sessões, debates etc.), como, até, de administração de hospitais e casas de aposentadoria.

Alguns observadores podem achar que a assistência à missa hospitalar, por exemplo, em geral não cresceu substancialmente. Chamamos a atenção sobre uma razão técnica geralmente desapercibida. A duração média das internações mudou drasticamente em nossa época: grosso modo, passou de cerca de um mês para menos de uma semana. Após o parto, a saída da mãe é rapidíssima em comparação com a demora da outrora: este departamento aproveita pouco da pastoral hospitalar, a não

ser pelos esforços gerais em prol da mulher e da maternidade. A pastoral eclesial não pode concordar com uma facilitação excessiva da implementação da lei legalizando certos abortos (20 anos e dois filhos ou 25 anos: é muito cedo para pedir esterilização) e protesta energicamente contra as muitas esterilizações brasileiras realizadas sem o consentimento da pessoa interessada.

Num grande hospital, o capelão é incapaz de visitar todos os internados: a aceleração da rotatividade o impede (além de outras causas). Seguramente existem doentes crônicos que voltam ao hospital, mas normalmente há poucos fregueses capazes de freqüentar a missa dominical mais de uma vez: ou não podem levantar-se ou já vão embora. Por isso o hospital é mais propenso a servir de espaço a algum choque psico-religioso do que à catequese sistemática, que exige continuidade. O hospital recebe todo tipo de pessoas, tais como as fizeram ou deixaram as paróquias. Se uma conversão ocorre, não seguida de morte rápida, cabe à paróquia entreter o fogo sagrado ou a mecha fumegante.

O público atingido ultrapassa portanto o meio dos doentes e de seus familiares, abrange o meio hospitalar, na medida do alcançável (nem sempre substancial), levando em conta a diversidade de seus funcionários e cooperadores. Afinal o apóstolo da saúde entre como adjuvante na ampla definição da Saúde encontrada na literatura da ONU-OMS, falando em bem-estar global. Sem dúvida, para nós, a dimensão espiritual-religiosa faz parte da integridade da natureza humana, do ser humano. A extensão comunitária da pastoral solidária é o objeto da seção seguinte, mas antes de abordá-lo observamos que o capelão deve levar em conta que o hospital moderno contrata psicólogos, reeducadores profissionais e assistentes sociais para tarefas que, outrora, ele tentava assumir quase sozinho (talvez como amador de boa vontade).

II. DIMENSÃO COMUNITÁRIA

A prática dos cuidados individuais revela a pujança do condicionamento social do doente e do cidadão comum. A procura das causas das doenças dá acesso à preocupação com as famílias e suas condições de vida, com a promoção e a educação para a saúde, com a higiene, a profilaxia e a prevenção em geral. A acentuação social desta dimensão relaciona mais imediatamente com a situação do saneamento básico e os desafios regionais da saúde pública como empregos, transportes etc. As práticas populares, perpassadas de religiosidade ou não, são incentivadas quando favorecem a saúde e rechaçadas quando elas lhe são contrárias. Constata-se que a saúde ocupa enorme papel na consciência popular de todos os tempos e na preocupação da maior parte da população. A estreita relação que existe culturalmente entre tal preocupação e a religião, qualquer que seja, está comprovada por milênios de história. A cura que a capacidade humana não é capaz de fomentar é naturalmente esperada do poder soberano das forças que nos ultrapassam, vale dizer, da divindade.

Não se achará aqui um quadro de honra celebrando os agentes em destaque deste setor de serviço e pastoral evangélica; aliás, a este setor convém particularmente a modéstia do quase anonimato de seus agentes. Por mais personalizado que seja a relação de ajuda, ela se desenvolve normalmente num contexto de extrema discreção. As celebrações sob holofotes oficiais e outros eventos festivos e conviviais, que de fato ocorrem (ainda bastante no Brasil) não constituem necessariamente a parte mais profícua deste espaço da ação eclesial e humana, sem que haja aqui um juízo sobre a conveniência ou uma contestação dos frutos deste tipo de pastoral: o juízo prudencial é sempre circunstancial.

De diversos modos, a solidariedade que a Pastoral da Saúde pretende manifestar aos doentes tende a se estender ao ou no conjunto da sociedade civil. Mencionamos algumas destas formas mais em vista: 1) relativamente recente é a sistematização e extensão do recrutamento de **voluntários benévolos** para integrar **equipes de visitantes**, recebendo certa formação e habilitados, tanto por parte da Igreja quanto do hospital, com vistas a visitar doentes enquanto representantes de certa fé religiosa (para confortar o doente em sua própria fé). A responsabilidade pela equipe é do capelão designado para o dito nosocômio. 2) Os visitantes, clérigos, religiosos(as) ou leigos(as) visitam doente não apenas em hospitais ou clínicas (poucos nosocômios dispõem de um capelão titular, a fortiori em tempo integral), mas também em casas particulares. Como o responsável eclesial normal é sempre o vigário da paróquia, é óbvio que a pastoral da saúde articula-se com ele e, através dele, com o bispo e a pastoral geral. 3) O hospital tenda a ser um centro de educação para a saúde da população dos arredores; idealmente, haveria programação aberta ao público de palestras, cursos, encontros, debates, e não apenas sessões técnicas de vacinação, consultas e cuidados.

O Brasil possui experiências originais de atendimento volante às populações dispersas do interior, graças a voluntários cristãos(ãs) socialmente motivados e possuidores de certa formação sanitária, isto especialmente na região amazônica e no Norte. Lá são populações predominantemente católicas, mas carentes tanto de formação catequista e de prática sacramental quanto de cuidados médicos. Os agentes desta Pastoral tendem a valorizar não apenas a religiosidade deste povo pobre mas também seu saber empírico e tradicional, muito diversificado, de plantas e terapias naturais (o que não significa que o agente não deva combater as práticas contraproducentes, que também existem).

É óbvio que, para fins de eficácia, a rede católica tem geralmente interesse e empenho em se articular com as entidades civis e políticas regendo os setores percorridos, o que será melhor examinado em nossa terceira seção. Desde já o acento comunitário repousa sobre a implementação dos "Conselhos municipais de saúde" legalmente previstos pelo SUS oficial. (Sistema Unificado de Saúde) e nem sempre existentes ou atuantes de modo democrático. A Pastoral da Saúde está vivamente interessada na participação no controle social da saúde mediante tais comitês, que deveriam gozar de certo poder na escolha das prioridades orçamentais e no controle das despesas do setor. O aspecto reivindicatório (a partir do famoso "direito do cidadão à saúde") supõe uma prioridade educativa já em processamento eclesial. Neste processo nem falta a editoração tanto de folhetos de nível popular quanto de publicação de nível mais científico; tudo isto, evidentemente, pode e deve ser melhorado e complementado.

III. DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Talvez este seja o lugar para mencionar que tanto a CNBB quanto a CRB institucionalizaram suas preocupações sanitárias pela constituição de departamentos **ad hoc**, com redes nacionais e diretrizes pastorais regularmente avaliadas. A terceira Assembléia Nacional da Pastoral da Saúde da CNBB reuniu-se em setembro de 1997 em São Paulo.

O condicionamento sócio-político, já aqui referido, da saúde das populações é tal que uma visão abrangente e uma ação que visa à melhoria efetiva não pode prescindir não apenas do conhecimento das estruturas sociais (instituições públicas ou privadas) no setor, mas também de esforços para utilizá-las em benefício do povo e para melhorá-

las⁴⁵. A prática revela que os esforços eclesiais são geralmente fracos nos altos lugares da formação das leis e regulamentações, face aos lobbies das Seguradoras privadas e outros corporativismos profissionais, obstando por exemplo a extensão das terapias alternativas e diante dos movimentos da opinião que favorecem o abortamento ou a livre circulação de drogas.

Não deveria haver rivalidade entre Estado e Igreja no campo da saúde que, em si, não é uma realidade ideológica ou confessional. Quando a OMS fixa a meta (que não será preenchida) de providenciar a saúde pelos cuidados primários para toda a humanidade até o ano 2000, é claro que os crentes e suas instituições colaboram com a máxima boa vontade. A cooperação é óbvia no Brasil por exemplo nas sessões de vacinação de massa. É por vezes mais hesitante ou reticente no setor das capelanias religiosas de hospitais públicos, para não falar em campanha de prevenção contra o HIV.

Há aludimos ao SUS, instrumento da Previdência Social oficial destinado a proporcionar os cuidados de saúde para todos. Diante da instituição legal de Conselhos municipais de Saúde, com representação popular, a comunidade eclesial parece particularmente preparada para desempenhar neles um papel relevante, em razão da experiência e do sucesso representados pelas inúmeras Comunidades Eclesiais de Base, instrumento de conscientização popular. A perspectiva de reformar mecanismos sócio-políticos de baixo para cima enfrenta não poucos obstáculos, notadamente quando estão em jogo a tributação e a Previdência Social, para não falar da aposentadoria. É sabido que atualmente, apesar ou em razão de concentração das rendas (e portanto do poder), os

salários dos trabalhadores de poder de compra médio financiam a saúde e as aposentadorias das elites, especialmente das elites políticas. A substituição do regime de repartição (ideal em teoria, injusto na prática) pelo princípio de capitalização, em matéria de aposentadoria, é uma necessidade, tanto econômica quanto de justiça, que encontra as maiores oposições de todo tipo. Em tais matérias, o divórcio é notável entre o idealismo dos discursos e a falta prática de "vontade política".

Numa época em que as insuficiências inevitáveis (em todo país) e as falhas culposas (notoriamente excessivas no Brasil) da Previdência Social não permitem um atendimento geral à altura das promessas, o crescimento dos Seguros Privados de Saúde (e portanto das Seguradoras, inclusive estrangeiras) é legítimo para não dizer inevitável e não deve ser obstado, para os meios em condição de pagar. Contudo, cabe aos políticos que dispõem, cada um, de dez a vinte assessores pagos pelo erário público, elaborarem e impor uma **justa** regulamentação (devidamente fiscalizada) que protege o cidadão contra os abusos das Seguradoras atuando no setor da Saúde, que hoje lucram abusivamente em detrimento dos fregueses (contratos leoninos abusivos) e das finanças públicas (pela rejeição para instituições públicas dos casos financeiramente mais onerosos). O devido realismo não impede a Pastoral da Saúde de entreter a espiritualidade que necessariamente a perpassa.

IV. ESPIRITUALIDADE E PRÁTICAS RELIGIOSAS

Com que inspiração, com que espiritualidade operam portanto os agentes

2 Entre as participações político-institucionais em que a Pastoral da Saúde está comprometida figura a Conferência Nacional de Saúde (a Décima CNS., de setembro de 1996, promulgou uma Carta de votos, publicada no *Boletim Icaps*, SP, de janeiro de 1997).

da Pastoral da Saúde? Cada família pode cultivar os particularismos de seu contexto de fundação, sem olvidar a veneração pelo seu fundador (sua fundadora) e os eventuais santos ou bem-aventuradas figuras que ilustram a família. Evidentemente nenhum destes fundadores inventou considerar Jesus Cristo no doente ou no necessitado: esta projeção faz parte da herança espiritual de todos os cristãos de todos os tempos. Nos Evangelhos Jesus disse: "Quem acolhe em meu nome uma criança (ser fraco), acolhe a mim mesmo; a quem me acolhe, não é a mim que acolhe, mas Àquele que me enviou" (Mc 9,37). Em outro contexto, Jesus disse, em Jo 13,20: "Em verdade, receber aquele que eu enviar é receber a mim mesmo, e receber-me é receber Aquele que me enviou". À luz também do episódio do bom samaritano, parábola mais comentada nos meios da pastoral da saúde (Lc 10,30s) e juntando com o mandamento de amar o próximo como a si mesmo⁴⁶, não exige esforço considerável de simbolização e representação perceber no próximo necessitado o próprio Cristo. Além do mais, esta identificação é explícita no sermão sobre o juízo: "Eu tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber; eu era estrangeiro e me acolhestes; estive nu, e me vestistes; doente, e me visitastes; na prisão, e viestes a mim" (Mt 25,35-36). "Todas as vezes que o fizestes a um destes mais pequenos, que são meus irmãos, foi a mim que o fizestes" (Mt 25,40). Se queremos uma base escriturária para fundar a Pastoral da Saúde, estas palavras, além do exemplo de Jesus curador, basta amplamente.

Sem negar a prática anacrônica de antigas pressões confissionais (através, por exemplo, de aperto para assistir à missa, de audição forçada de terços ou outras pias orações imposta por aparelhos de som...),

a cada sujeito a pastoral da saúde oferece o que ele aceita de bom grado: eventual reconforto psicológico para o descrente, palavra de elevação espiritual para qualquer crente, mensagem evangélica para os cristãos, sacramentos para os católicos praticantes.

Cabe insistir sobre a revolução ecumênica que ocorreu no meio hospitalar brasileiro, praticamente desde o Vaticano 2. A colaboração da capelania católica com os evangélicos é geralmente muito cordial e ativa. Resta à margem o proselitismo de algumas seitas que recusam qualquer ecumenismo. O hospital, lugar do recolhimento da fraqueza do enfermo, não deve servir de terreno de aliciamento de uma Denominação religiosa às custas de fiéis de outra Denominação. Evidentemente, respeita-se qualquer conversão totalmente voluntária.

Certas práticas oriundas numa época de fé católica mais viva e mais generalizada se mantêm, cuja oportunidade e frutificação potencial deve ser avaliada em cada contexto. Aludimos às celebrações e festividades que cercam Natal, Páscoa, o Dia do Enfermo (11 de fevereiro), o Dia das Mães, o Dia da Saúde da sociedade civil (7 de abril), o Dia do Médico etc., já que o marketing brasileiro prolonga uma lista ilimitada de destaques jubilosos e comemorativos: Dia da Pátria, Dia da Enfermeira, Dia da Telefonista, Dia da Secretária..., sem prejuízo pelos meses mais tradicionais “de Maria Santíssima”, “das missões”... Em tais missas mais solenes, haverá valor de exemplaridade, a presença de uma delegação de uma Diretoria que se sabe pouco católica? Como outras pastorais, aqui com acento particular, vê-se que a evangelização no campo da saúde aproveita de bom grado a carona de todo tipo de festividade, como para contrabalançar

ou neutralizar a tristeza que nos invade diante da miséria, da dor, do sofrimento, da doença e da morte.

A respeito da morte, a Pastoral da Saúde não se omite em celebrações diferenciadas. Lembramos: 1) Em certos hospitais, o ministério no velório desfruta certa prioridade na expectativa popular; não se chamou o padre nem diante da perda de conhecimento do moribundo (a família sabe que a perda de conhecimento do doente facilita muito o ritual sacramental), mas o padre não pode faltar ao velório, se convocado. 2) Não ignoramos que comparecem às missas do sétimo dia um público que não costuma

entrar em igreja nenhuma. 3) Esboça-se, aqui e acolá, uma "Pastoral do luto" que tende a conquistar, em alguns lugares, cartas de oficialização e sistematização, cuja avaliação nos parece prematura (o luto é uma digestão íntima da realidade dramática deste mundo). Vale a pena reunir pessoas que ainda choram seus desaparecidos?

À globalização financeira ou dos prazeres deste mundo para quem pode, a Pastoral da Saúde tende contrapor uma solidariedade global que combate certos frutos comuns da enfermidade: o desemprego, a pobreza, a marginalização, se não a exclusão.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. A partir da sua experiência e das considerações do autor, como você percebe a evolução da Pastoral da Saúde, de ontem para hoje?
2. O texto comenta de maneira muito pertinente a triplice dimensão da Pastoral da Saúde: a dimensão

solidária, a comunitária e a político-institucional. Na sua maneira de ver, estas dimensões são efetivamente desenvolvidas por Religiosos e Religiosas que atuam nessa área? Quais são as principais dificuldades para isso? Em que aspectos você crê que se tem avançado mais?



Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1º de dezembro de 1997

Na gruta aberta, onde o gado se recolhia para abrigar-se da noite e comer feno, Maria e José se agasalharam. E Maria deu à luz, ali, seu **Unigênito Filho, JESUS**. Deus quis mudar a nossa vida nascendo no meio de nós. Diante deste quadro que nossos presépios renovam, cada um se sente como uma ave de arribação que volta ao ninho abandonado, trazendo nas asas a poeira das estradas e o aroma de árvores exóticas em que pousou em remotas regiões. Temos vontade de chorar. Chorar de alegria e emoção. **De joelhos, reze comigo, com paz no coração:**

No princípio era o Verbo. E o Verbo estava em Deus.
E o Verbo era Deus. E o Verbo se fez homem
e habitou entre nós. Aqui ele está.
Recebe, Senhor Jesus, agora e sempre, o trabalho
de nossas mãos, o suor de nosso rosto
e a oferenda de nossa vida e de nosso ser. Amém.

É NATAL. JESUS NASCEU. Quem é Jesus, nascido carne desta Virgem, **MARIA?** É o mistério de Deus infinito na criatura finita. Nele tudo é humano e tudo é divino também. Humanamente divino. Divinamente humano. **Inseparavelmente e em plenitude verdadeiro homem e Deus verdadeiro.** Não é uma coisa sem a outra. Totalidade indivisível. Um só eu, uma só pessoa, um só sujeito divino, um único princípio de subsistência. Unidade real e diferenciada das naturezas humana e divina. Inconfusamente unidas. Não se separam. Não se misturam.

Perfeito Deus. Perfeito homem. Ninguém mais homem nem melhor homem do que o Filho de Deus. O divino fez dele plenamente humano. Pela encarnação, a existência humana de Jesus se torna **a expressão mais elevada de Deus em tudo o que é e faz.** Jesus homem é Deus em ação. Nele a história do homem se funde com a história de Deus. Quando a natureza floresce em toda a sua potencial beleza humana, começa a ser divina. Só o Espírito que perscruta as profundezas de Deus e do homem pode reconhecer tamanha verdade. **Oh! Mistério! Infinito oceano insondável.** Não cabe em nossos esquemas conceituais. É indizível, inefável, inenarrável. Nossa linguagem sofre vertigens. É um escândalo para a razão. Inexistem verve a riqueza poética que através de achados iluminadores decifrem esta realidade. Mesmo palavras pretensamente carregadas de vigor se mostram um vazio e inútil multilóquio.

É NATAL. JESUS NASCEU. Porque Deus-Pai, um silêncio de indizível majestade, se disse definitivamente, aconteceu JESUS, sua palavra em pessoa, preexistente plenamente nele. Jesus é a chave para todos os segredos de Deus. Por ser igual se opõe ao Pai como Outro. Porque tudo recebeu do Pai, **é menor do que o Pai.** Porque o Pai lhe dá o todo ilimitado que é, **é igual ao Pai.** E mais: **é um com o Pai.** É tudo muito misterioso. Crer só. Em Jesus só se pode crer. Creio, Senhor, mas aumentai a minha fé.

Embora perplexos porque a realidade excede, ultrapassa e transcende o entendimento, não desistir de **conhecer JESUS sempre melhor para mais o amar.** A sensibilidade (o coração) provoca a razão e a seriedade da razão desperta o coração. Afinal, as verdades mais reais a seu respeito se expressam melhor no silêncio da adoração. Portanto, em ato simples e intuitivo, refugiar-se mergulhando em sossegada contemplação de seu mistério.

Jesus, teu nome tem poder salvífico
que força inimiga alguma poderá deter.
Vem quebrar os vis grilhões que estão a me prender.
Meu Senhor! Meu Deus! Meu Salvador! Bendito sejas.

* * * * *

É NATAL. JESUS NASCEU. Boas Festas! Feliz Natal.
Natal, noite de esperança, de amor e de luz.
Desçam sobre nós as bênçãos de Jesus.

Porque Deus é pai e, por isso, sempre bom, ele lhe dê a bênção da saúde do corpo para sua alegria, e a bênção da saúde da alma: vida espiritual em abundância pela fé, o perdão, a graça, a posse do Espírito Santo, fonte de toda energia sobrenatural agora e penhor da glória celeste. **O lema inspirador e a nossa estrela-guia seja o amor.** É o sol que faz o coração desabrochar. Com afeto e estima fraterna, subscrevo-me, ao seu inteiro dispor,

atenciosamente

Pe. MARCOS DE LIMA, SDB